

Lendo Jane Jacobs

AUH 240 - História do Urbanismo Contemporâneo
2º semestre de 2016

Professor responsável: Renato Cymbalista

Monitoria: Victor Martins de Aguiar

Seleção de textos: Celina Harumi Imamura; Júlio Cesar Arruda

Edição de textos: Karina Silva de Souza; Leticia Sabinelli Borges;
Rebeca Coimbra da Silva

Projeto gráfico: Ana Yihan Ron; Érica Saori Acamine

Editoração: Carolina Herrera Pinto; Juliana Alves Sumiya

Arte de capa e contracapa: Anahí Sánchez

SUMÁRIO

Lendo e compartilhando Jane Jacobs	5
Lendo Morte e Vida das Grandes Cidades	9
1. Introdução	11
A natureza peculiar das cidades	14
2. Os usos das calçadas: segurança	15
3. Os usos das calçadas: contato	18
4. Os usos das calçadas: integrando as crianças	21
5. Os usos de parques e bairros	24
6. Os usos dos bairros	26
Condições para a diversidade humana	29
7. Os geradores de diversidade	30
8. A necessidade de usos principais combinados	33
9. A necessidade de quadras curtas	36
10. A necessidade de prédios antigos	38
11. A necessidade de concentração	42
12. Alguns mitos sobre a diversidade	46
Forças de decadência e de recuperação	49
13. A autodestruição da diversidade	50
14. A maldição das zonas de fronteira desertas	55
15. Formação e recuperação de cortiços	58
16. Capital convencional e capital especulativo	62

Táticas diferentes	65
17. A subvenção de moradias	66
18. Erosão das cidades ou redução dos automóveis	68
19. Ordem visual: limitações e potencialidades	73
20. Projetos de revitalização	76
21. Unidades territoriais de gestão e planeamento	79
22. O tipo de problema que é a cidade	84

LENDO E COMPARTILHANDO JANE JACOBS

Se tivéssemos que eleger um único livro que representasse a história recente do urbanismo no Ocidente, possivelmente a escolha recairia sobre “Morte e Vida das Grandes Cidades”. O livro de autoria de Jane Jacobs publicado em 1961 modificou as regras do jogo das cidades em todo o mundo. Jane Jacobs não foi a única nem a primeira voz crítica ao urbanismo modernista arrasa-quarteirão que prevaleceu nas décadas de 1940 e 1950 no hemisfério Norte, mas o seu livro atingiu em cheio a opinião pública e apoiou a construção de um senso comum crítico dos grandes projetos de “redevelopment” e valorizador dos ecidos urbanos historicamente constituídos.

A leitura de “Morte e Vida...” nos permite, na verdade, problematizar o conjunto do urbanismo do século XX, tanto pelas radicais críticas que a autora faz simultaneamente ao modelo modernista corbusiano baseado em “torres no parque”; à cidade jardim descentralizadora de Ebenezer Howard e às propostas de planejamento regional de Lewis Mumford e da Regional Planning Association of America; quanto nos permite identificar a origem da sensibilidade atual que valoriza os tecidos históricos, a sociabilidade das ruas e calçadas, os bairros de usos mistos. O livro é, portanto, um daqueles clássicos que permite decifrar passado, presente e futuro de uma disciplina e de uma sociedade.

“Morte e vida” traz também uma abordagem de gênero muito pronunciada, toda a análise de Jacobs do tecido urbano é baseada em relações sociais, usando a sensibilidade e o carinho de uma mãe preocupada com a segurança de seus filhos no trajeto da escola de volta para casa. O contraponto

disso é a denúncia da cidade projetada por vistas aéreas, com planos baseados em relações de grande escala, de cima para baixo, voluntariosas e autoritárias – masculinas, portanto.

Ironicamente, o sucesso e enraizamento indiscutível das críticas e das ideias de Jane Jacobs tem como uma de suas vítimas o próprio livro: quanto mais ele é citado, menos é lido, pois temos cada vez mais a impressão de que conhecemos a autora, suas ideias e posições – desnecessário, portanto, o trabalho de ler as centenas de páginas de narrativas e ideias que apoiaram a construção do argumento. Assim, aos poucos “Morte e vida” vai deslizando do campo da bibliografia para o do mito.

Esta publicação é um esforço no sentido inverso. Uma das atividades da disciplina “História do Urbanismo Contemporâneo” da FAU-USP no segundo semestre de 2016 foi a leitura e discussão coletiva do livro. Como o tempo para a leitura da obra inteira não estava à disposição dos estudantes em meio à imensa sobrecarga de trabalho, foi feita uma dinâmica de leitura compartilhada: as 23 seções do livro foram divididas pela turma, e cada um foi lida por 2 a 3 alunos. Os alunos foram divididos em 4 grupos, correspondentes às 4 partes do livro, e em um primeiro momento houve uma discussão de cada parte. Cada grupo escolheu um relator, que trouxe as principais ideias-força de cada parte. Mais do que resumir o livro, a pergunta era sobre a atualidade de suas ideias: em que medida “Morte e vida” traz discussão ainda pertinentes para a contemporaneidade, e em que medida merece uma leitura mais distanciada e historiográfica? O veredito do grupo defendeu que a obra é, em grande medida, atual, em que pesem elementos anacrônicos e por demais referentes à realidade urbana norte-americana de meados do

século XX.

Além da discussão, cada aluno fez um fichamento da seção que lhe coube na leitura e dinâmica. Os textos foram selecionados, editados e diagramados por um grupo de alunos da turma, e resultam nesta publicação que é na mesma medida simples e indispensável. É simples porque é pouco ambiciosa em sua proposta de resumir o livro, sem grandes digressões teóricas ou historiográficas. Mas é indispensável porque pode constituir um guia para a leitura do livro, que é extenso e exige um tempo que poucos têm hoje em dia para seu efetivo conhecimento.

Além disso, este livro é uma pequena amostra do imenso potencial que a Universidade Pública representa para a nossa sociedade, se formos capazes de mobilizar as rotinas de nossas disciplinas com objetivos de extroversão e disseminação de conhecimento. O movimento aqui não é de estocagem de conhecimento e aprendizado, mas a sua formatação para disseminação extramuros. É uma iniciativa muito modesta, mas representa uma atitude, um sentido que a Universidade pode ter, para além do ensino e do aprendizado de alguns poucos.

Renato Cymbalista
2º semestre de 2016

Lendo Morte e Vida das Grandes Cidades

1. INTRODUÇÃO

Morte e Vida de Grandes Cidades já apresenta sua real intenção na primeira página: “Este livro é um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigente”. Jane Jacobs deixa claro que, no decorrer dos capítulos, realizará diversas tentativas de introduzir novos princípios e desconstruir os criados pelo urbanismo ortodoxo, vigente no contexto em que o livro é escrito.

Jacobs questiona aspectos tidos como senso comum no planejamento urbano, ao buscar desmentir a hipótese de que o dinheiro seria a solução dos problemas das grandes metrópoles, defendida por diversos urbanistas. Como exemplo, cita o uso do dinheiro para a construção de conjuntos habitacionais, e estes se tornam “núcleos de delinquência”, ainda piores que os cortiços anteriores.

O urbanismo ortodoxo, para a autora, erra ao avaliar e projetar as cidades, pois áreas mais suscetíveis à decadência de acordo com a teoria vigente tendem a não entrar em decadência, da mesma forma que áreas que não deveriam ter problema algum, decaem rapidamente. Com isso, chega à conclusão de que a cidade deveria ser usada como laboratório, e que os especialistas atuais desconsideram os resultados obtidos pela experiência em prol da reafirmação teórica previamente traçada. Usa como paralelo de avaliação a medicina do século XIX, ao relembrar como o uso da sangria para tratamento de diversas doenças, mesmo não sendo comprovadamente efetivo, era largamente utilizado e defendido dentro da categoria médica.

Ainda estruturando sua base de argumentação, Jane Jacobs cita a cidade de North End. Esta representa a imagem de

diversos conceitos abordados em seu livro. A cidade possui todos os aspectos necessários para ser péssima de acordo com o urbanismo ortodoxo: pequenas quadras, muitas ruas, próxima à indústrias e encortiçada; porém, ao andar por suas ruas, nota-se sua exuberante vida, com pessoas interagindo e se apropriando dos espaços. Também demonstra o quanto os economistas se apropriam das teorias do urbanismo ortodoxo e explicam que North End não tem investimentos por ser considerada um “distrito de cortiços”.

O livro é um “convite a começar a se aventurar e aprofundar na realidade das cidades, nos acontecimentos mais comuns”, e está dividido em quatro partes: a primeira trata de naturezas sociais e comportamentos da população, a segunda, do desempenho econômico das cidades, a terceira avalia alguns aspectos de decadência e revitalização de cidade enquanto a parte 4 avalia o tipo do problema que as cidades vivem.

Jacobs ressalta o quanto “a aparência das coisas e o modo como funcionam estão inseparavelmente unidos”. Para isso usa como exemplo o caso de um conjunto habitacional de East Harlem, em Nova York, no qual os habitantes pediam energeticamente para que um gramado fosse retirado do local. O motivo principal é que o gramado passa a impressão de que os pobres tem de tudo, tem até um gramado, enquanto oculta-se a verdadeira faceta da realidade.

O livro se debruça principalmente sobre as grandes metrópoles por considerá-las densas em problemas. Porém, é deixado claro que não se deve usar os mesmos instrumentos de avaliação para cidades pequenas. Por fim, a autora traça um estudo crítico sobre as origens e teorias da Cidade-Jardim, que lançou diversos frutos ao urbanismo ortodoxo, e busca desconstruí-los. Entre

eles, a rua como lugar ruim, casas voltadas para o interior e separação do comércio da área residencial. Também traça uma avaliação rigorosa às teorias de Le Corbusier, compreendendo o contexto no qual foram escritas e avaliando os diversos impactos causados nas “nossas cidades”.

Murilo Augusto Perdigão Martins

A natureza peculiar das cidades

2. OS USOS DAS CALÇADAS: SEGURANÇA

Nesse capítulo, Jacobs versa a respeito do papel das calçadas e como seu uso reflete na maneira em que as cidades se organizam.

Segundo o texto, as ruas e as calçadas são os órgãos mais vitais das cidades e servem para muitos fins, como abrigar os pedestres, possibilitar a circulação e manter a segurança urbana. Além disso, as ruas e calçadas refletem aspectos importantes das cidades, pois, ruas livres da violência e do medo são resultado de uma cidade razoavelmente livre da violência e do medo. A ideia de ruas e calçadas relaciona-se com a ideia de segurança que, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à questão maior do desempenho das cidades como cenários sociais.

A questão da violência e insegurança nas cidades é um tema recorrente e que resulta no medo das pessoas ao utilizarem as ruas, tornando-as ainda mais inseguras. O problema é sério, mesmo em cidades que empreenderam iniciativas de revitalização. A saída não está em atribuir a grupos minoritários a responsabilidade pelos perigos urbanos. A autora rebate diversas questões que são atribuídas como causadoras da violência e insegurança. Segundo ela, reduzir o adensamento de uma cidade não reduz os crimes; a dispersão das pessoas, trocando as características das cidades pelas características dos subúrbios tampouco soluciona o problema.

No entanto, uma rua movimentada consegue garantir a segurança, diferentemente de uma rua deserta. E, nesse sentido, a autora descreve as principais características que uma rua deve ter para receber desconhecidos e ter a segurança

como vantagem devido à presença deles. A rua deve ter claro como se delimitam os espaços públicos e privados; devem existir olhos para a rua, e a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente. Para que esse tipo de rua seja viabilizado, é necessário que um número substancial de estabelecimentos e outros locais públicos sejam dispostos ao longo das calçadas, contribuindo para o percurso de pedestres. Ainda nessa chave, segundo Jacobs, a rua precisa ser vigiada e, com uma rua com diversos comércios essa condição é atendida, já que pessoas são atraídas e os próprios comerciantes atuam como “olhos das ruas”. Assim, destaca o conceito de vigilância como sendo preponderante para o bom funcionamento das ruas e calçadas com relação à segurança.

Jane Jacobs faz uma crítica radical ao planejamento urbano ortodoxo, sobretudo, no que diz respeito ao tipo de cidade que é pensado pelo mesmo: uma cidade monótona, que não promove a diversidade. Nesse sentido, a autora destaca a Ville Radieuse, criada por Le Corbusier, que seria uma cidade formada por arranha-céus, formando um térreo livre, tendo a circulação de pedestre e veículos totalmente separada. A crítica a esse modelo diz respeito à questão das ruas, já que é um projeto pensado para reduzi-las ao mínimo. Ao considerar os elevadores e corredores como “ruas”, percebe-se a falha nesse modelo, já que as mesmas são pouco vigiadas e, conseqüentemente, inseguras.

Ainda como crítica, a autora provoca uma reflexão acerca do pressuposto da cidade insegura, passível de reurbanização. Segundo ela, existem três maneiras de conviver com essa cidade. A primeira é permitir que o perigo reine absoluto e deixar que as pessoas sofram as conseqüências ao se defrontarem com ele. A segunda é refugiar-se nos carros,

tendo-o como um lugar seguro e qualquer outro lugar na cidade como inseguro. A terceira relaciona-se com a ideia de cultivar a instituição de um Território.

Esse último conceito é bastante importante para entender a dinâmica das cidades. O sistema do Território consiste na apropriação de um determinado local por um determinado grupo de pessoas. Nesse sentido, Jacobs exemplifica com as gangues de Nova York, que se apropriam de certas ruas, conjuntos habitacionais ou parques, de maneira a impedir a entrada ou saída de integrantes de outras gangues nesse Território. Traça também um paralelo com relação aos projetos de reurbanização das cidades, em que residências de média e alta renda ocupam grande extensão do solo urbano e também demarcam o território com cercas, antes invisíveis, agora concretas.

Na parte final do capítulo, Jacobs ressalta que, na aparente desordem da cidade tradicional, as ruas e calçadas garantem manutenção da segurança e a liberdade, pois trazem a sucessão permanente de olhos. Pode-se ressaltar que o texto não só tem a função do entendimento das dinâmicas relacionadas às ruas e calçadas, mas que apresenta conceitos maiores defendidos pela autora. A diversidade é uma grande bandeira e não diz respeito apenas aos usos, mas também às pessoas.

Ana Carolina de Souza Mello

3. OS USOS DAS CALÇADAS: CONTATO

Jane Jacobs inicia o terceiro capítulo problematizando uma noção antiga do urbanismo ortodoxo, de que a vivência e a permanência de pessoas na rua, calçada ou esquina se dão pela falta de “lugares apropriados” para esse tipo de uso. A autora defende que um dos pontos fundamentais da vida na cidade é exatamente essa dinâmica social que as calçadas oferecem, e que está relacionada à questão da divisão da vida privada e a pública.

Para Jacobs, a segurança no uso da calçada surge a partir de uma certa confiança que se forma com inúmeros contatos públicos nas calçada. Se refere a essa confiança como “confiança pública informal”, na qual a totalidade dos contatos é dosado pela pessoa envolvida, e seu cultivo não implica em comprometimento pessoal. Dá como exemplo as pessoas que param no bar para tomar cerveja, que dão conselhos ao jornaleiro, etc. Grande parte desses contatos é absolutamente trivial, mas a soma destes resulta na compreensão da identidade pública das pessoas.

A inexistência da confiança pública informal segundo a autora é um desastre para a rua, o que ela pôde constatar num estudo de caso na Rua East Harlem. Ao comparar dois lados opostos de uma mesma rua, chega à conclusão de que ruas impessoais geram pessoas anônimas, fato que não tem relação direta com o campo da estética e da arquitetura, e sim do tipo de empreendimento palpável que a calçada possui e, por tanto, de como as pessoas a utilizam na sua vida diário-cotidiana.

Para a autora, nem sempre os lugares projetados são lugares apropriados para reunião de pessoas. Cita o exemplo de um bairro em Nova York, que passou por um processo de

planejamento em que foi aumentada a disponibilidade de locais de encontros projetados diante da construção de um conjunto habitacional. O resultado foi que esses espaços se tornaram mortos e improdutivos, o que afetou inclusive a participação da associação de pais na escola do bairro, que antes era muito mais ativa. Essa ocorrência corrobora a tese da autora de que a dinâmica do contato informal está relacionado com outras modalidades da vida pública e que seu cultivo não pode ser institucionalizado.

Jacobs aborda também questões sobre a privacidade urbana, que é indispensável para a vida na zona urbana e é uma importante diferença entre a vida em coletividades pequenas e a vida nas grandes cidades. Questiona a atuação da arquitetura e urbanismo nesse assunto quando, na literatura, a questão da privacidade foi reduzida a uma simples questão de janelas, vistas e ângulos de visão. Com base nos estudos da antropóloga Elena Padilla, autora de *Up from Puerto Rico*, que descreve a vida dos porto-riquenhos num distrito pobre de Nova York, a autora chega à conclusão que uma boa vizinhança urbana consegue um bom equilíbrio entre privacidade e contato.

Outro caso analisado no capítulo é a necessidade das pessoas em ampliar suas vidas privadas se quiserem se manter com seus vizinhos quando o bairro carece de vida nas calçadas. Nesses bairros, os moradores devem decidir por alguma forma de compartilhar, pela qual se divida mais do que na vida das calçadas, ou então optar pela falta de contato. Para isso usa o exemplo do bairro Chatham Village em que a calçada de uma rua foi ampliada e corretamente pavimentada, porém não havia estabelecimentos comerciais, de maneira que os vizinhos partilhavam muito de sua vida privada uns com os

outros. Esse modelo de bairro em que “partilha-se muito”, ocasionou um processo curioso que exigiu que os moradores tivessem padrão de vida, interesses e formação parecidos, mas sem haver relacionamento público, nem confiança pública informal. O resultado mais comum nas cidades onde as pessoas se veem diante da situação de compartilhar muito ou nada, é prevalência do nada, já que o mero contato com o vizinho implica em envolvimento na vida deles, ou seja, na sua também.

A autora conclui assim que a estrutura social da calçada depende em parte do que pode ser chamada “figura pública automeada”, que é aquela que tem contato frequente com um amplo círculo de pessoas e interesse em tornar-se figura pública. E que essa vida na rua não nasce de um dom ou de um talento desconhecido deste ou daquele tipo de população, só surge quando existem oportunidades concretas, tangíveis de que necessita. São as mesmas oportunidades com mesma constância e abundância necessárias para cultivar a segurança nas calçadas: se elas não existirem, os contatos públicos também não existirão.

Levando essas análises em consideração, Jacobs relaciona o contato público e a segurança nas ruas. Juntos, possuem relação direta com o mais grave problema social nos EUA: a segregação e discriminação social, pois superar a segregação é muito difícil se as pessoas se sentem inseguras na rua. Logo, a discriminação espacial também se torna difícil se as pessoas não têm como manter uma vida pública civilizada sobre uma base pública fundamentalmente digna.

Gabriela Quadros Matsuzaki

4. OS USOS DAS CALÇADAS: INTEGRANDO AS CRIANÇAS

Jane Jacobs começa o capítulo versando sobre o estereótipo da rua entendida e aplicada pelos planejadores urbanos e habitacionais. Nessa visão, a rua é um lugar em que “crianças pálidas e raquíticas aprendem novas formas de degradação”. Em contraposição a isso, os parques e os playgrounds são lugares “limpos e alegres, cheios de risos de crianças correspondendo a um ambiente saudável”. Partindo destes pressupostos, a autora apresenta uma série de fatores e exemplos procurando introduzir uma nova visão sobre a relação da criança com a rua, os parques e os playgrounds.

A primeira comparação vem de Charles Guggenheim. Ele observou, enquanto fazia um documentário sobre uma creche, que as crianças que moravam nos conjuntos habitacionais apresentavam mais relutância para voltar para casa após o término das aulas, enquanto as crianças que moravam nos cortiços saíam de boa vontade. E essa diferença de comportamento se dava pelas situações encontradas pelas crianças durante o caminho para a casa. Nos conjuntos habitacionais, encontravam corredores poloneses formados por valentões, risco de extorsão e espancamento, e espaços desinteressantes e vazios. No caminho para os cortiços, havia a possibilidade de escolha e rotas de fuga, além da presença de comerciantes, em ruas cheias de coisas interessantes.

Desde o primeiro exemplo a autora já coloca a figura do comerciante como um elemento configurador do espaço das ruas/calçadas. E a função dele vai muito além das responsabilidades comerciais. Aparece sob a perspectiva de um vigilante das atividades que ocorrem nas ruas, aparentemente ocasional, mas com o poder de apaziguar

conflitos e restabelecer a paz. Seguindo essa linha de pensamento, locais onde não há adultos (playgrounds e parques), há maior probabilidade para o acontecimento de situações problemáticas. As piores batalhas de gangues juvenis durante a década de 50, por exemplo, ocorreram em parques.

Claro que nem todas as calçadas possuem esse tipo de vigilância, e nem todos os playgrounds e parques são perigosos. Calçadas estreitas e pouco usadas não são seguras e playgrounds situados em vizinhanças com ruas movimentadas podem sim ser saudáveis. Para Jacobs, o problema é a isolamento completa e proposital do playground da cidade. Isso acontece quando se constrói pátios dentro de superquadras, solução adotada pelos planejadores das Cidades-Jardim. Nesse contexto, o playground acaba virando um espaço vazio e pouco atraente para crianças acima de seis anos e os próprios adultos vigilantes. Do ponto de vista do desenho urbano, esse tipo de organização espacial desfavorece o uso das calçadas, já que na maioria dos casos as fachadas principais dos prédios se voltam para a parte interna do pátio, onde está localizado o playground, deixando os seus fundos ou empenas cegas voltadas para a rua.

Além da segurança, outro fator importante pelo qual a autora defende o uso das ruas, é o aprendizado e noções do mundo que se adquire nelas. As pessoas das cidades não só supervisionam as crianças enquanto se ocupam de suas atividades, mas também as incorporam à sociedade. As crianças imitam as atitudes dos adultos e, conseqüentemente, o comportamento responsável deles em relação à calçada e às crianças. Isso pode ser facilmente assimilado pelas crianças e levado à vida pública. Entretanto, dentro do espaço confinado

dos playgrounds, onde não há o contato com a sociedade, essas noções de mundo são dificilmente adquiridas.

Para Jacobs, um requisito para que esse aprendizado ocorra é que os locais de trabalho e comércio devem mesclar-se às residências, viabilizando, dessa forma, a oportunidade das crianças brincarem e crescerem em um cotidiano composto tanto de homens como de mulheres, em calçadas diversificadas e cheias de vida. Por isso, tirar as crianças das calçadas e das ruas e colocá-los em playgrounds e parques além de não os proteger, priva-os de uma fase essencial de aprendizado. Ao criar esses espaços internos de brincar e conseqüentemente, virar a face principal do edifício para o pátio interno, mata as ruas e torna-as insalubres não somente para as crianças, mas também para os demais usuários.

Ana Yihan Ron

5. OS USOS DE PARQUES E BAIRROS

Já no início do capítulo, Jane Jacobs aponta uma questão interessante: os parques de bairros não como espaços de vida conferidos à população carente, mas pelo contrário, os parques como locais carentes que necessitam da dádiva da vida. Ou seja, são as pessoas e os usos que elas dão aos parques que os transformam em lugares vivos e atraentes. Tendo isso em mente, a autora faz uma crítica à veneração inconsistente das “áreas livres” feita pelo planejamento urbano ortodoxo. A frequente alusão às áreas livres como solução universal para as cidades, como se fossem por si só uma virtude patente, é colocada como uma atitude ingênua.

Com o intuito de discutir acerca do desempenho dos parques urbanos, os sucessos e os fracassos, e tentar definir as condições que o determinam, Jacobs faz observações e análises de alguns parques urbanos dos Estados Unidos. Para isso, ela busca generalizar alguns princípios básicos que afetam esses parques. Estes são elementos efêmeros e que, por si só, não são nada, não são capazes de estabilizar a vizinhança ou o valor dos imóveis em seu entorno. Utiliza do exemplo da cidade da Filadélfia, cujo planejamento construiu concomitantemente quatro praças equidistantes e que tomaram rumos completamente diferentes ao longo do tempo. Os destinos dessas praças ilustram como é inconstante o desempenho de parques urbanos. A preocupação com os parques impopulares acontece muito por conta dos efeitos negativos constantes que eles geram para a vizinhança, pois sofrem com os mesmos problemas das “ruas sem olhos”: vandalismo, crime, violência, insegurança.

Em relação ao entorno físico dos parques/praças, a autora observa que a variedade de usos dos edifícios em torno do

parque propicia uma variedade de usuários que frequentam o local em diferentes horários, tornando-o movimentado ao longo do dia e da noite. As praças e parques se degradam à medida que o entorno se esvazia ou se torna monótono pela pouca diversidade. Assim, são fruto de sua vizinhança, e somente uma vizinhança diversificada tem o poder efetivo de induzir uma fluência natural e permanente de vida e de usos. Além disso, os parques de bairros bem-sucedidos costumam não ter concorrência com outras áreas livres, pois isso pode dispersar e dissipar a diversidade e a vida que podem existir ali.

A autora indica quatro elementos que costumam estar presentes em projetos de parques usados como áreas públicas genéricas. A complexidade, que diz respeito à multiplicidade de usos, ou motivos para as pessoas frequentarem, à dinamicidade do espaço, à complexidade visual, ou diferenças na paisagem que se acentuam pelas diferenças de usos que nela se proliferam. A centralidade, indicando que os bons parques têm um lugar reconhecido como o centro, um local de destaque que pode servir de palco para as pessoas. A insolação, já que o sol faz parte do cenário das pessoas e, mesmo que sob a forma de sombra de árvore no verão intenso, cria vida e permanência quando bem aproveitado. A delimitação espacial, por meio da existência de edifícios no entorno de parques urbanos, envolvendo-os e criando uma forma definida que se destaca como elemento importante no cenário urbano, um local de atração e encontro.

Finalmente, reafirma que os parques não devem ser pensados desassociados de seus usos concretos e nem das influências reais dos bairros e dos usos que os afetam.

Olívia Tameirão

6. OS USOS DOS BAIRROS

A palavra bairro em si carrega um sentido comum de idealização da vida em comunidade. Jacobs inicia o capítulo alertando o perigo de encarar o planejamento urbano como instrumento de tentativa de produção de vizinhanças, conceito sentimental não dotado de bom senso. Destaca a necessidade de refutar um modelo que vê os bairros como unidades autossuficientes ou introvertidas.

Segundo a autora, não existe relação direta entre boa moradia e bom comportamento. Um estudo em Pittsburgh indica que os índices de delinquência são mais altos em conjuntos habitacionais com melhorias, se comparados aos dos cortiços. Um bom abrigo é um bem útil enquanto abrigo.

O cerne da questão dos bairros é o que eles fazem de útil para as cidades do ponto de vista social e econômico. No entanto, sabe-se da dificuldade de encarar a teoria urbanística ortodoxa com bairros que se dizem acolhedores, e são voltados para si. Esse modelo, que tem na sua essência uma unidade de vizinhança “ideal”, baseia-se nos limites de uma cidadezinha ou vila, mas a coletividade de uma grande cidade envolve outras condições. Seja como for o bairro, suas qualidades não devem conflitar a mobilidade da cidade da qual faz parte. Por isso, para Jacobs, é normal e necessária a falta de autonomia dos bairros. Ainda assim, devem prover meios adequados de autogestão.

A autora classifica três escalas de bairros que devem ter diferentes diretrizes. A “Cidade como um todo” tem como uma de suas maiores vantagens a formação de diversas comunidades com interesses comuns, visto que há facilidade por parte dos indivíduos de descobrirem redes de interesses

comuns na vida urbana. Preservar essa multiplicidade e heterogeneidade é uma diretriz intrínseca às cidades.

Na escala oposta, tem-se a “Vizinhança de rua”. A importância da autogestão das ruas é vital para o funcionamento saudável das cidades: vigilância pública, formação de redes de confiança e de controle social, integração das crianças a uma vida urbana; devem ter meios efetivos de pedirem auxílio para problemas de maiores proporções. As ruas devem ser vivas e atraentes, formando uma malha que tenha o máximo de continuidade possível.

Já o “Distrito” é o ponto intermediário dessa hierarquia e distribuição de escalas. Sua função é justamente a de mediador entre vizinhanças, que apesar de indispensáveis não possuem força políticas, e a cidade como um todo. Há certa dificuldade em compreender seu tamanho e suas funções. Sobre isso, Jacobs se desdobra a explicar com exemplos em grande parte do capítulo, salientando sempre que o bairro “ideal” do planejamento ortodoxo é grande demais para ser vizinhança e pequeno demais para ser distrito.

Dessa maneira, o texto sugere que um distrito deve possuir tamanho para ter força na vida da cidade como um todo e fazer valer seu poder e opinião, isto é, ter voz ativa na prefeitura. A grande dificuldade da formação de um distrito competente está em superar ou não o isolamento dos bairros que o compõe. Deve ser enfatizada a identidade funcional de áreas grandes o suficiente para funcionarem como distritos. Isso não significa se inclinar para uma setorização da cidade, mas para uma identificação de um tecido urbano heterogêneo e saudável e negação de unidades funcionais autônomas. Para a autora, a monotonia é o oposto da interação de usos e,

portanto, da unidade funcional.

O tamanho de um distrito varia muito, mas votos (opinião pública) e dinheiro (gastos públicos) são temas importantes para essa definição. A autora cita exemplos de distritos, que vão de 30 a 200 mil habitantes para mostrar a grande variação. No que tange ao modo de formação desses distritos, Jacobs destaca que podem ocorrer de diversas maneiras, e que lideranças locais geralmente dão início ao processo que pode levar décadas. Destaca também o risco de dissolução dessa categoria de bairro que é fundamental para o funcionamento da cidade como um todo. As revitalizações que expulsam diversos moradores e empreendimentos concentrados da iniciativa privada são parte desse processo. Por fim, alerta que para uma grande coesão, é necessário que muitos indivíduos se recusem a sair do local, mas com alguns processos atuais das cidades, essa manutenção pode vir a se tornar insustentável.

Pedro Martin Fernandes

Condições para a diversidade humana

7. OS GERADORES DE DIVERSIDADE

A sétima seção do livro de Jane Jacobs tem como objetivo descrever e justificar a importância da diversidade de usos para a cidade, e associar a ela quatro condições para sua efetivação. Para tanto, a autora identifica no planejamento urbano a prática nociva de estudar os usos separadamente para depois compor um quadro geral. Propõe assim uma nova pergunta norteadora para tal campo do saber: como as cidades podem gerar uma mistura suficiente de usos para preservar a própria civilização?

Como forma de argumentação, Jacobs cria uma oposição entre monotonia e diversidade, e a partir de um exemplo pessoal e real, coloca que o excesso e concentração de usos repetidos, ou seja, a monotonia, causa falta de comodidade e segurança, ou de uma própria vida urbana intensa.

Por outro lado, o estudo da diversidade dos usos na cidade grande demonstra a elaboração de um espaço muito mais interessante: fabricantes e comércios pequenos e específicos encontram unicamente aí a possibilidade de se estabelecer, pois não precisam bancar a implantação da infraestrutura para manter e atrair a mão de obra, ou para dar acesso a seus produtos. Essa condição também é de interesse de grandes companhias. Embora essas sejam capazes de arcar com os custos envolvidos na instalação em cidades menores e subúrbios, a cidade grande e diversa é aquela vantajosa para os dois casos, pois com maiores distâncias, o pequeno, variado e pessoal desaparece.

A atenção especial dada aos aspectos comerciais e econômicos nesta seção deve ser entendida como um tipo de estudo de indicador, pois as mesmas condições físicas e econômicas que

geram um comércio diversificado estão relacionadas à criação e presença de outros tipos de variedade urbana, como de população, opções culturais e entretenimento. Vale notar que a multiplicidade funciona em par com a proximidade, uma vez que apenas na presença de ambas é possível um agrupamento considerável de pessoas manifestando diferentes gostos, habilidades, necessidades, carências e obsessões. Tal cenário permite a criação de oferta e demanda pela variedade, numa espécie de visão cíclica, pois a própria diversidade urbana permite e estimula mais diversidade.

Explicitada a relevância e o funcionamento dos diversos usos na cidade, Jacobs faz a ressalva de que, embora seja natural, a diversidade não é automática, o que gera condições para que o território provoque a capacidade dos moradores de interagir economicamente e formar uma combinação efetiva de usos. Usando o Bronx e o centro de Detroit como exemplos de lugares com população diversa mas sem vitalidade urbana, a autora aponta para a existência de um conjunto de fatores complexos para promover a diversidade. Todavia, é possível notar a repetição de quatro simples condições econômicas que propiciam este ambiente.

Primeiro, o distrito e suas frações devem atender a mais de uma função principal, de forma a estimular a presença de várias pessoas usando o espaço em vários horários, por vários motivos. O segundo fator são as quadras curtas, para que as ruas e as oportunidades de virar esquinas sejam frequentes. O terceiro fator é busca por uma mistura compacta entre edifícios de idades e estados de conservação diferentes, com boa porcentagem dos antigos, para gerar variado rendimento econômico. Por último, deve haver uma alta densidade de pessoas, inclusive na habitação.

Jacobs deixa claro que essas quatro condições são o ponto central de seu livro, e trata especificamente de cada uma nas seções seguintes. Embora não produza uma solução única e inescapável, a concomitância desses quatro fatores, e nunca qualquer outra combinação entre eles, dá as plenas condições para a diversidade urbana.

Pedro Zayas Sambrano

8. A NECESSIDADE DE USOS PRINCIPAIS COMBINADOS

Neste capítulo, a autora trata da primeira condição necessária para gerar diversidade urbana nas cidades: O distrito, e sem dúvida o maior possível de segmentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal: de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura. (JACOBS, p. 167)

Jacobs defende a necessidade de diferentes pessoas frequentando os espaços em diferentes horários do dia para que a cidade prospere. A justificativa é inclusive econômica, uma vez que estabelecimentos comerciais e parques precisam de frequentadores para existirem. A distribuição do movimento de pessoas ao longo do dia é importante, pois, para a autora, o extremo desequilíbrio de horários de uso é uma das raízes dos problemas das cidades.

Ao longo do texto, a autora cita exemplos da cidade de Nova York, com especial atenção para o centro comercial de Manhattan na zona sul, que evocam a memória do leitor e dão legitimidade ao seu ponto de vista. Determina algumas diretrizes para a inclusão de novos usos potenciais. Estes não podem incomodar ou afugentar as pessoas que moram e trabalham no distrito, e esses novos usos devem combinar com o perfil do distrito.

Dá destaque para a ocupação das ruas e dos espaços públicos em horários diferentes dos habituais para o uso do trabalho. Para tanto, é importante atrair visitantes nas horas de lazer, nos finais de semana ou durante a noite, para que, à medida

que o distrito ficasse mais animado nesses horários, haveria aumento espontâneo do uso residencial, consequência da própria vitalidade do distrito. Portanto, usos associados, além de economicamente estimulantes, seriam um dos responsáveis pela geração de diversidade. Para Jacobs, o termo diversidade se aplica aos empreendimentos que surgem em consequência da preservação de usos principais. O que conta, no que diz respeito à mescla de usos principais, é uma mistura cotidiana de pessoas como grupos de sustentação econômica mútua.

A autora considera os centros das cidades como lugares geográficos que preencheram ou preenchem as condições necessárias para gerar diversidade. Esses locais são entendidos por ela como “um coração forte e abrangente”, sem o qual a cidade tende a tornar-se um amontoado de interesses isolados. A descentralização é, portanto, um risco, uma vez que esses centros exercem um efeito econômico sobre outros pontos do aglomerado urbano.

Compara os usos principais das cidades a peças de xadrez, pois nos permite enxergar os usos como ferramentas de estímulo para o crescimento de lugares estratégicos da cidade. Porém, ressalta que tais usos não podem se espalhar apenas buscando distribuir as pessoas ao longo do dia, sem levar em consideração as necessidades particulares de cada uso. Para os distritos residenciais, a peça de xadrez mais importante é o uso principal do trabalho. Segundo a autora, segregar trabalho e moradia, premissa incutida na população, é um risco. A administração municipal possui limites na inserção de usos de trabalhos na cidade nos locais em que não existem. Entretanto, tal estímulo é importante e é necessária a permissão, por parte das autoridades, para que tal operação seja realizada.

Jacobs encerra o capítulo com a afirmação de que ruas e bairros que possuem boa combinação de usos e que têm sucesso na geração de diversidade urbana devem ser admirados e seguidos como modelo. A cidade mesclada se harmoniza com a atividade econômica e outras atividades funcionais da cidade.

Júlia Tampellini Biá Pimenta

9. A NECESSIDADE DE QUADRAS CURTAS

A autora inicia o texto destacando a segunda condição para a diversidade urbana: “a maioria das quadras deve ser curta; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem se frequentes” (p.197).

Para iniciar a defesa de tal condição, Jacobs apresenta o exemplo da Rua 88 Oeste, em Manhattan. Em análise, as quadras são longas, e as ruas, sem cruzamentos, funcionam como auto isoladoras, de maneira que as vizinhanças, apartadas, permanecem desassistidas pela população. Há, portanto, segregação física dos usuários habituais e visitantes. Essa situação é prejudicial para o comércio, e a combinação de usos ocorre somente nos locais em que os fluxos se cruzam. Nesse caso, é a Av. Columbus, onde há predomínio de comércios padronizados, espremidos no pouco espaço para a testada do lote.

A partir deste exemplo, propõe-se o exercício imagético da abertura de uma nova rua, cruzando perpendicularmente as quadras longas. Na nova situação, a vizinhança, com ampla escolha de percursos, se abriria para a rua de maneira que os novos fluxos se cruzariam, formando mais pontos viáveis para o comércio.

A defesa de Jacobs está, portanto, formulada: quadras longas, por minimizarem a confluência de trajetos, impedem a formação de combinações razoavelmente complexas de usos urbanos. Para ela, a homogeneidade arquitetônica tem pouca influência na formação de tais combinações.

Outros exemplos são levantados para sustentar sua

argumentação, como os bairros de Greenwich Village e Chelsea, dos quais o primeiro espraiou-se, já que suas quadras curtas permitiam um uso fluente das ruas, enquanto o segundo não cresceu, e suas quadras longas isolaram as ruas. Cita também exemplos de outras cidades, reafirmando que quadras longas não possuem vantagens.

Assim, Jacobs conclui que as ruas não foram feitas para desaparecer, e, onde é possível, se multiplicam. As teorias e vertentes que rejeitam a rua são fortemente criticadas pela autora, como as cidades jardim, as superquadras, e o planejamento urbano ortodoxo. Aos teóricos das cidades jardim, chama de mito a ideia de que uma grande quantidade de ruas é “esbanjamento”, já que os mesmos estão interessados na criação de maiores áreas verdes planejadas. Aos projetos residenciais de superquadras, indica que, além de todas as deficiências inerentes às quadras longas, apresentam grande quantidade de calçadas sem sentido ou motivo para serem usados, já que configuram cenários sem diversidade. Em quadras longas comuns, as pessoas tentam encontrar ruas que necessitam, porém não existem, enquanto nas superquadras, as pessoas evitam as travessas, desassistidas e inúteis. Ao planejamento urbano ortodoxo, argumenta que um zoneamento repressivo obstrui o crescimento livre da cidade. Para Jane Jacobs, “as ruas frequentes efetivamente ajudam a gerar diversidade, só pela maneira como atuam. O modo como funcionam (...) e os resultados que elas propiciam (...) estão intimamente relacionados” (p.206).

Rebeca Coimbra da Silva

10. A NECESSIDADE DE PRÉDIOS ANTIGOS

Neste capítulo a autora aborda as questões relativas a preexistências na cidade e a respectiva importância das mesmas para a concepção sadia da urbanidade. Mais precisamente, Jane Jacobs explica a relevância dos prédios antigos a partir de um ponto de vista econômico, característico de sua formação.

A autora defende a existência dos prédios antigos como meio de democratização da implantação de empresas na cidade, e o desenvolvimento decorrente disso. Ela pontua que não se refere - ao mencionar prédios antigos - aos edifícios de museu ou os que passaram por reformas recentes, mas a qualquer edifício antigo, simples e de baixo valor, incluindo deteriorados. Segundo a autora, se a cidade possuir apenas prédios novos, o tipo de empresas que forem implantadas no local se restringirá àquelas que podem arcar com os custos gerados pelos mesmos, visto que, o proprietário que investe nesses prédios novos esperam retorno através de aluguéis caros e maneiras de se obter o que foi gasto para essa construção, algo que os prédios antigos não demandam.

A implantação de diversos tipos de atividades econômicas está diretamente ligada ao tipo de edifício que as abriga, visto que o custo de ocupação dos prédios novos limita a diversificação das atividades no bairro. A autora cita, dentre outros exemplos, que redes de lojas, redes de restaurantes e bancos conseguem se instalar em edifícios novos, entretanto bares de bairros, restaurantes típicos e casas de penhores são alocados em edifícios antigos. Diz ainda que ideias antigas, às vezes, podem lançar mão de prédios antigos, e ideias novas devem lançar mão de prédios antigos. Até mesmo empresas

novas que são implantadas em prédios novos necessitam de prédios antigos nos arredores, visto que a diversificação de pessoas e atividades contribuem para o sucesso econômico da cidade e o seu desenvolvimento.

O único defeito desses prédios velhos, no ponto de vista de Jacobs, é a idade e a deterioração, sofrida pelo tempo. Sobre tal fato a autora diz que a área não fracassa por ser velha, mas é velha porque fracassou, visto que a incapacidade de se manter economicamente acarretou em ausência de investimento em construção e reforma, e o conseqüente enfraquecimento da mesma.

Tendo isso em mente, deve-se haver um equilíbrio entre prédios novos e antigos para o sucesso do distrito, sendo que o excesso de prédios antigos demonstra uma decadência da área. Para ilustrar tal afirmação ela cita, mais para o final do capítulo, o caso de Brooklin, e evidencia que o local possui muito mais prédios antigos do que se precisa para atrair as grandes empresas portadoras de potenciais desenvolvimentistas. Não há no local uma preocupação maior com o oferecimento de trabalho. O local é inundado por grandes vias expressas que promovem fluxo para fora da cidade ao invés de se fazer essas mesmas vias expressas para se abastecer o comércio local, que ocuparia as grandes docas e prédios antigos da área, e conferir novo fôlego para a mesma. A existência de Brooklin como uma incubadora de empregos é ressaltada pela autora. A mesma diz, baseada na pesquisa de alunos do Instituto Pratt, de Brooklin, que existe, na cidade, oferta de empregos de menor porte, entretanto quando o negócio torna-se maior esses trabalhadores saem da cidade em busca de prédios novos e isso acarreta a constante decadência dessa cidade.

O aumento constante dos custos de construção é outro fator importante na existência de prédios antigos: está cada vez mais caro construir, sendo assim a manutenção dos mesmos deve ser priorizada em detrimento de novas construções.

Além disso, Jacobs expõe uma ideia de que se deve olhar para os menores comércios, e para as capilaridades que constroem o bairro, ao invés dos grandes shoppings centers, que eliminam a concorrência e a diversidade das atividades comerciais, empobrecendo o local onde estão.

Essa diversificação da atividade comercial, e o olhar para o micro comércio, ao invés do macro, devem ser entendidos como um conjunto, visto que a trama de relações socioeconômicas deve ser construída aos poucos e em um todo. Sendo assim, a construção da “mercearia de esquina”, descolada de uma preocupação maior de integração e mescla com um tecido formado por micro comércios, não é suficiente para a dinamização da economia da cidade, mas a expansão desse tipo de comércio é benéfica e promove a diversidade necessária para o desenvolvimento econômico.

Para sustentar sua ideia a autora dá exemplos de sucesso das “lojas de variedades”, mencionando, dentre outros, que no Back-of-the-Yards, em Chicago, não há um prédio antigo deteriorado que pareça irrecuperável e desprovido de potencial econômico porque sua população não abandona esse local à medida que o poder aquisitivo individual aumenta. Ela afirma que “nos distritos de sucesso, os prédios antigos estão na crista da onda”.

Do ponto de vista da construção residencial, a autora também reafirma a importância dos prédios antigos nessa ocupação. A

necessidade de se diversificar o local de habitação, expressada por uma necessidade intrínseca ao ser humano, e questões de desempenho dos prédios antigos, como bloqueio acústico oferecido pelas paredes ou maior espacialidade nos cômodos, além de possíveis transformações dos mesmos, mostram uma vantagem clara na priorização dos antigos edifícios em detrimento dos novos.

Sendo assim, nota-se que, para a autora, a necessidade de se manter a população nas cidades, utilizando os comércios da mesma e morando no local é evidente para a manutenção da mesma, e evita uma degradação e decadência que poderiam acontecer posteriormente. Para tal objetivo é inevitável que a cidade deve atrair empresas de grande porte, mas possuir, predominantemente comércios e atividades econômicas capilares, além, obviamente, de prédios antigos, que possibilitam tudo isso.

Júlio Cesar Arruda

11. A NECESSIDADE DE CONCENTRAÇÃO

A quarta condição, segundo Jacobs, é que “O distrito precisa ter uma concentração suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui pessoas cujo propósito é morar lá.” (p. 221).

A partir disso, a autora discorre sobre como os efeitos das altas e baixas densidades na cidade parecem ter uma relação direta com a diversidade de usos existentes nela. Jane mostra como é fácil observar, por exemplo, os centros urbanos que, se não tivessem tal concentração de pessoas, não seriam um centro com a diversidade que tanto se preza.

As moradias de um distrito precisam ser complementadas por outros usos, por razões econômicas, de lazer, e para ter um fluxo de pessoas nas ruas em todas as horas do dia, garantindo uma maior segurança e etc. Para isso, esses complementos precisam exercer um uso intenso do solo urbano que contribua suficientemente para vitalidade e diversidade da cidade.

No entanto, as altas densidades habitacionais costumam ser malvistas pelo urbanismo ortodoxo, que relacionam essa solução a problemas, cortiços e insucesso. Uma das razões disso é que sempre se confunde altas densidades habitacionais com superlotação de moradias. Essa é uma das heranças dos planejadores das Cidades-Jardins, que não diferenciavam cômodos superlotados de áreas densamente construídas.

Entretanto, os termos são independentes entre si, e podem sim existir juntos, mas não necessariamente ocorrem juntos. Jane cita o caso das cidades de North End, Greenwich Village e a Rittenhouse Square e Brooklyn Heights, que tem altas densidades, mas, com poucas exceções, suas moradias não

são superlotadas; também cita as cidades South End e a Zona Norte de Filadélfia e Bedford-Stuyvesant, que possui uma densidade habitacional muito baixa, e apesar disso suas moradias são superlotadas com muitas pessoas por cômodos.

Em tese, é possível que exista a mesma quantidade de pessoas em condições adequadas de moradias em uma densidade alta, quanto em densidades baixas em residências superlotadas. Jane lembra, que diversidade de usos ocorre junto com condições de vida adequadas, onde as pessoas têm condição de se apegar a vizinhança e suas peculiaridades, tendendo a permanecer naquele local.

“Quais densidades habitacionais urbanas seriam adequadas?” (p. 230). Densidades adequadas, segundo a autora, são uma questão de funcionalidade, o que é correto muda de acordo com as circunstâncias do lugar.

As Densidades habitacionais muito baixas com 1,5 moradia/1000 m² podem ser boas para subúrbios; entre 2,47 e 4,94 moradias/1000 m² cria-se um semi-subúrbio, que pode ser constituído de casas separadas ou com 2 famílias em lotes pequenos; como de casas geminadas de tamanho generoso. Essa última pode funcionar em locais distantes da vida urbana, como na periferia das cidades.

A longo prazo, as densidades muito baixas tendem a ser problemáticas com a expansão da cidade essas áreas perdem sua identidade de subúrbios verdadeiros com áreas rurais, e não conseguem mais ser espaços de escape da realidade urbana, são engolidos pela cidade.

As Densidades habitacionais intermediárias, não servem nem à

vida suburbana e nem à vida urbana. Essa densidade em geral, aumenta até o ponto de as forças construtivas começarem a atuar, e varia de cidade para cidade. Podemos dizer que os limites desta categoria são ultrapassados quando o local passa a ter residências o suficiente para que sua diversidade atraia cada vez mais diversidade e vitalidade urbana. Jane acredita que nas circunstâncias mais apropriadas possíveis, as densidades intermediárias sejam ultrapassadas em 24,71 moradias/1000 m².

“Até onde “deveriam” chegar as densidades habitacionais urbanas? Até onde elas poderiam ir?” (p. 234). Para obter uma vida urbana movimentada, as densidades habitacionais devem aumentar até onde for necessário para estimular a máxima diversidade. Jane, adverte também que com densidades habitacionais altas demais, tende-se fatalmente a padronização para acomodar tantas moradias no solo, assim, todas as variações de edifícios que não apresentem eficiência máxima são suplantados. Isso acaba por inibir a diversidade de construção e conseqüentemente a diversidade de pessoas, empresas e panoramas desse território.

Dentro disso, podemos dizer também que baixas taxas de ocupação são incompatíveis com variedade de edifícios e densidades urbanas viáveis.

“Com baixa ocupação, se as densidades são suficientemente altas para gerar diversidade urbana, elas são ao mesmo tempo excessivamente altas para permitir a diversidade. A questão envolve uma contradição.” (pp. 238-239).

O ponto em que as altas densidades podem ser atingidas sem padronização é limitado pelo território. Para a autora, o limite

máximo para não arriscar que ocorra uma padronização deve ser em média de 49 moradias/1000 m².

Os espaços públicos e os espaços livres da cidade são importantes para promover uma espécie de “alívio” às altas taxas de ocupação do solo. Atenta-se para a importância das ruas: os territórios com taxas de ocupação que se aproximem aos 70% podem se tornar insuportáveis se não houver ruas frequentes, que por serem aberturas entre as edificações, compensam a alta ocupação do solo, assim como os parques e os espaços livres em geral.

Por fim, podemos observar ainda hoje nas grandes cidades resquícios do pensamento de que áreas saudáveis com alta densidade têm de serem cortiços, ou têm de serem ruínas. Só há duas maneiras de ver a questão das altas concentrações populacionais: como um mal inevitável, em que se procura a todo custo reduzir a concentração de pessoas, e se almeja os “gramados dos subúrbios e a placidez das cidadezinhas” (p. 242); ou como um bem positivo, que cria uma fonte de vitalidade, de exuberante riqueza de diferenças e opções, onde uma grande quantidade de pessoas reunidas é um fato comemorável e necessário para o florescimento da vida urbana e do máximo de variedade possível.

Leticia Sabinelli Borges

12. ALGUNS MITOS SOBRE A DIVERSIDADE

As combinações de usos diversos não são uma forma de caos aleatório. Em vez disso, pressupõem um pensamento sobre como os usos se relacionam entre si e como isso é benéfico para a cidade.

Jane Jacobs indica que a crença popular de que a diversidade significa uma cidade desorganizada e “feia” baseia-se nos exemplos que não conseguiram implantar de fato uma diversidade, cidades nas quais os usos dos terrenos eram diversificados demais ou o tamanho das construções variavam muito, causando um estranhamento para o pedestre e, por consequência, o esvaziamento da rua.

Sendo assim, há uma diferença entre a diversidade teórica, que pressupõe que apenas variando-se o uso, sem restrições no tamanho da construção, se consegue a verdadeira diversidade, e a observada na vida real, que acontece ao passo que diferentes usos se misturam e se mantêm com a mesma escala.

Em contraponto à diversidade, encontra-se a monotonia de usos de solo. Esta implica, supostamente, certa ordem na cidade. Entretanto, implica ao mesmo tempo a desordem, a falta de rumo. Isto acontece porque os usos não implicam nenhuma direção de olhar nem passo, uma vez que é tudo igual, e assim acaba passando a sensação de estar perdido.

Um artifício para acabar com a falta de orientação do olhar/pedestre na cidade é estabelecer marcos arquitetônicos, ou seja, edifícios com características diferentes ao seu entorno que fazem com que ele se destaque na paisagem urbana. Porém, esse artifício pode causar o efeito contrário, ao passo que prédios com envoltórios diferentes e usos internos iguais vão surgindo, a chamada “arquitetura kitsch” – como, por exemplo: o prédio que vendia ovos de pato e tinha formato de pato.

A autora indica, ainda, que a diversidade pode ocorrer também quando há o mesmo uso de lote. Nesse caso, a diversidade é garantida pelas diferenças dos estilos arquitetônicos de época de cada prédio.

Cabe ressaltar que os monumentos ou prédios históricos participam da dinâmica da diversidade urbana, ao passo que viram marcos geográficos por se distinguirem fortemente do seu entorno. Por isso, é importante que os monumentos se encontrem misturados na cidade, e não condensados entre eles e isolados. Os monumentos são vestígios da ocupação e memória humana na cidade.

Segundo Raskin: “a riqueza da diversidade humana dá vitalidade e colorido ao meio humano”. Disto podemos supor que uma cidade mais diversa é mais rica e proveitosa para a sociedade que a habita.

Jacobs aumenta os pontos positivos da diversidade urbana quando indica que outro dos males causados pela falta dela é o trânsito de veículos. Isto ocorre, pois, com a monotonia de uso, criam-se polos de atração quando aparece um uso diferente – como shopping, supermercado, estádios. Como o pedestre já é desencorajado a andar pela cidade monótona, os carros dominam os meios de transporte, e são os mais usados para chegar até estes polos de atração, causando, assim, o congestionamento.

Na questão dos usos, Jacobs nega a crença de que certos usos não são aptos para conviverem com usos residenciais. Estes usos, como ferro velho, indústrias e pátios de carros usados, são vítimas, e não motivos, da periferia decadente causada pela especulação imobiliária. O que acontece na realidade é: nas zonas com maior diversidade urbana a qualidade de vida

acaba sendo melhor que no resto da cidade, então aumenta a procura por terrenos nesta localidade e, ao mesmo tempo, aumenta a especulação imobiliária sobre os terrenos já existentes no local. Por causa da especulação, usos menos comuns (como os ferros velhos) acabam sendo expulsos das zonas ricas em diversidade e jogados na periferia, único lugar onde podem comprar terreno e se estabelecer.

Além disso, Jacobs afirma que a diversidade deve ocorrer com certas regras, para assim preservar a paisagem e o pedestre. Certos usos, a diferença dos ferros velhos – que não têm lucro suficiente para se manter no centro da cidade – têm condições de se manter nas áreas diversificadas. Entretanto, estes usos (postos de gasolina, painéis publicitários, etc.) acabam destoando negativamente do resto da paisagem e, em vez de promover um uso diversificado concordante, quebram a “continuidade” da diversidade. Aqui, Jacobs entra em um embate: é o tipo ou a dimensão do uso o que deve ser regulado?

Para sustentar esta dúvida, Jacobs cita os zoneamentos da época, que em vez de regulamentar o tamanho das construções – o que causa a verdadeira disparidade entre usos e a desagregação visual –, regulamenta o tipo de uso, sendo que usos completamente diferentes conseguem existir um ao lado do outro sem maiores dificuldades, na medida em que tenham dimensões similares. Portanto, o zoneamento deveria se preocupar com a “proporção de uso”.

A diversidade urbana é necessária para preservar o mistério do desconhecido, aquilo que desperta no homem curiosidade e raciocínio crítico.

Forças de decadência e de recuperação

13. A AUTODESTRUIÇÃO DA DIVERSIDADE

Após discorrer da necessidade da existência e integração da diversidade de todos os tipos nas cidades americanas (na década de 1960) – tanto pela responsabilidade de agentes públicos como privados –, gerando vitalidade, neste capítulo Jacobs aborda a tendência de nome homólogo ao título do capítulo.

A autodestruição da diversidade é definida como “a tendência que a diversidade urbana de êxito nítido manifesta de destruir a si mesma – simplesmente por causa do seu êxito” (p.268). Ou seja, ocorre em localidades que já atingiram o patamar de sucesso do ponto de vista urbano pela sua grande diversidade de usos. Jacobs completa que a tendência “entre outros efeitos, faz com que os centros urbanos se alterem constantemente e mudem de lugar” (p.268). A autora objetiva reconhecer esta tendência e apresentar meios de combate.

Segundo Jacobs, o processo da autodestruição ocorre a partir de uma próspera combinação de usos em uma localidade, que devido a esse sucesso atrai novos usos gerando uma concorrência acirrada pelo espaço. Nessa competição os usos mais lucrativos saem vencedores e se reproduzem em excesso, até que homogeneizam o espaço e expulsam os demais tipos de usos. Assim, os frequentadores desses usos excluídos abandonam esse trecho da cidade, que passa a atrair menos população e perde sua vitalidade. A autora aponta “A adequação do local, mesmo para seu uso predominantemente, se reduzirá gradativamente, como se reduziu a adequação do centro de Manhattan para os escritórios administrativos. Com o passar do tempo, (...) torna-se marginal” (pp.269-270).

Jacobs conta o caso da Rua Três em Nova York, uma rua boêmia com bares e cafés e poucas boates dispersas, que atraía tanto turistas quanto moradores do bairro. Porém, posteriormente, o aumento em excesso das boates e a grande concentração de pessoas, começou a atrapalhar a vida urbana local. A autora conclui “A reprodução do uso mais lucrativo abala a base da própria atratividade, como costuma ocorrer nas cidades com a reprodução e o excesso de um mesmo uso” (p.271). É importante destacar que o processo ocorre em diferentes escalas: trechos de ruas, ruas, bairros e distritos. O processo é sempre o mesmo – “destrói um organismo mais complexo e mais efetivo de sustentação econômica e social mútua” (p.269)

Principalmente quando as quadras são curtas (condição necessária a diversidade), as ruas conseguem resistir a autodestruição ou se recuperar de uma breve estagnação, caso mantenham a diversidade. Contudo, vizinhanças ou bairros inteiros com excesso de reprodução de usos mais lucrativos, dificilmente conseguem recuperar-se. Jacobs exemplifica pelo caso de Boston, cidade que teve uma sucessão de áreas centrais específicas. Desmistifica que esse fenômeno seja o resultado do deslocamento do centro – na verdade “Esses aglomerados resultantes da reprodução excessiva são a causa do deslocamento do centro” (p.273). Pontos secundários da cidade tornam-se principais “florescem por um tempo e podem acabar destruídos pela reprodução daquilo que lhes deu mais sucesso”. (p.273).

O fenômeno aconteceu também no centro de Nova York, como relata Jacobs. Nele, as fortes pressões econômicas restringiram o uso do centro e provocaram a decadência do seu espaço. Então o centro desloca-se e deixa, além de um antigo centro

estagnado com seu uso concentrado, “bolsões constituídos praticamente de vazios, lugares que ignoraram ou evitaram combinações de diversidade mais intensas” (pp.274-275). E mais “as áreas de uso específico que os rodeiam ocasionam uma distribuição muito pobre ao longo do dia. Aí há espaço, mas não existe nada que traga os usos para ele” (p.275).

Não apenas nos centros urbanos, mas a autodestruição da diversidade incide também nos poucos bairros que possuem todas as condições para a geração de diversidade – abordadas por Jacobs nos capítulos anteriores. “Nesse caso, tanta gente quer morar nessa localidade, que se torna lucrativo construir nela, em quantidade excessiva e devastadora, para aqueles que podem pagar mais” (p.275). Assim, se multiplicam as habitações voltadas a esse segmento mais lucrativo. Aqueles que não podem pagar por tal custo, são excluídos. Os usos reproduzidos em excesso se diferem aos mesmos dos centros, mas o processo e seus efeitos são os mesmos.

Em bairros ou no centro, o processo da autodestruição da diversidade é duplamente prejudicial a cidade, pois os usos reproduzidos em excesso não apenas prejudicam a área de sucesso que tem sua diversidade destruída e torna-se marginal, como também privam de sua presença outros locais onde poderiam ampliar a diversidade e fortalecer a sustentação recíproca. Nesse aspecto, os usos mais problemáticos são os bancos, companhias de seguros e grandes escritórios, segundo Jacobs. Por serem mais conservadores investem em lugares garantidos de êxito e por deterem grande capital, ganham na competição pelo espaço. Possuem “o desejo e a capacidade de instalar-se” (p.277). Ainda, após a reprodução excessiva desses empreendimentos, que estagna a localidade e suga sua atratividade, esses se deslocam para as novas regiões que se tornaram atraentes.

Antes de abordar os modos de combate desta tendência, Jacobs relembra que a autodestruição da diversidade é produto do sucesso, devendo a oportunidade e atratividade econômica. É um processo benéfico, mas que posterior ao seu auge, precisa continuar se renovando para manter sua vitalidade. Jacobs utiliza-se da metáfora da retroalimentação para exemplificar essa conclusão: “uma célula que tenha sofrido alteração ou mutação comporta-se como ‘idiota’, porque, sem o controle da retroalimentação, continua a produzir o material de que não necessita” (pp.278-279. New York Times).

Para a autora a solução a tal problema seria “restringir a reprodução excessiva num lugar e dirigi-la para outros locais, em que não seja excessiva, mas um acréscimo benéfico” (p.279), esses locais não seriam de escolha arbitrária, mas “onde o uso em questão tenha uma ótima oportunidade e o sucesso se mantenha” (p.279). Para alcançar esse objetivo, Jacobs discorre de três recursos que devem se integrar.

O primeiro é o zoneamento pela diversidade. Seja por altura, por idade do edifício ou outro tipo de restrição, deve-se assegurar que os novos usos não sejam de prioritariamente de uma única modalidade. Para a restrição do uso potencial mais lucrativo ser posta em prática, deve ser acompanhada de um ajuste de impostos. “A maneira de aumentar a tributação municipal é aumentando a extensão territorial de áreas prospera da cidade. A força da base de tributação é consequência do forte magnetismo urbano”. (p.281). Ou seja, mais áreas prósperas e de maior tributação equivalem a maior numero de regiões atrativas, espalhando os usos mais lucrativos pela cidade e diminuindo sua concentração. O segundo recurso é a constância de edifícios públicos pela cidade. Aponta “Os órgãos públicos e semipúblicos deveriam implantar seus edifícios e instalações em locais onde eles em

princípio contribuam efetivamente para a diversidade” (p.28). É o caso da Biblioteca de Nova York.

Ambos os recursos são caracterizados como iniciativas defensivas contra a autodestruição da diversidade, mas pela forte pressão econômica, não resistem por demasiado tempo. Assim, necessitam estar integradas ao terceiro recurso: a diversificação competitiva. Segundo Jacobs, a procura por área urbana de vitalidade é muito maior que sua oferta. Logo, “deve-se aumentar a oferta absoluta de lugares urbanos diversificados, movimentados e economicamente viáveis” (p.283). Sempre devem haver diversas localidades que atrairão novos usos, gerando diversidade, e ao mesmo tempo, devem-se criar novas áreas que concorram com as primeiras. Além disso, ao se tornarem suficientemente prósperas, “deverão exigir e obter defesas contra a reprodução excessiva” (p.283).

Conclui-se que para combater a autodestruição da diversidade originada no êxito de uma mesma região, o imprescindível é que haja na cidade uma mais equilibrada relação entre a oferta e procura de localidades diversificadas e com vitalidade. Portanto, que possuam todas condições necessárias para tal quadro.

Bruna Caroline Teixeira

14. A MALDIÇÃO DAS ZONAS DE FRONTEIRA DESERTAS

O 14º capítulo do livro trata das chamadas “zonas de fronteira”, sendo “fronteira” definido pela autora como: “o perímetro de uso territorial único de grandes proporções o expandido” (p.285). Tratam-se, portanto, de elementos como linhas férreas, orlas marítimas, grandes parques ou grandes conjuntos habitacionais ou corporativos, que interrompem a continuidade de ruas e, portanto, o fluxo de pessoas. A tese defendida no capítulo é a de que, tais fronteiras, ao invés de meros limites, exercem influência ativa nas dinâmicas urbanas.

Para além de separar duas zonas da cidade, o principal impacto das fronteiras está nas áreas mais próximas a elas fisicamente, que em geral, são áreas degradadas e muitas vezes abandonadas – assim, perigosas. O problema está no fato de tais fronteiras, que na maior parte dos casos são “barreiras”, criarem becos sem saída, uma vez que interrompem a continuidade das ruas. Assim, as ruas adjacentes a elas, atraem pouco fluxo de pessoas, por serem o fim da linha de quem vem da área “comum” da cidade, e isso gera um ciclo vicioso: quanto menor o fluxo de pessoas, menos interesse tem comércios e serviços de se instalarem nessas ruas, de forma que menos pessoas são atraídas a elas. Quanto menor o fluxo de pessoas e menos estabelecimentos comerciais abertos, mais perigosas ficam as ruas, e ainda menos pessoas são atraídas. Esse ciclo vai se ampliando, tomando as ruas vizinhas sucessivamente, até que as forças do uso constante de uma área de forte atividade passem a contra-atacar.

Em seguida, a autora sistematiza as fronteiras em quatro tipos:

1. Fronteiras como grandes conjuntos habitacionais, que

restringem o uso permitindo a circulação em apenas um de seus lados (os moradores entram e saem por uma entrada, e os outros lados do conjunto se fecham para a vizinhança);

2. Fronteiras como linhas férreas, vias expressas e cursos d'água, que impedem a integração de usos entre os dois lados da barreira;

3. Fronteiras como parques amplos, que têm interação, mas cujo uso se restringe a um período do dia ou época do ano;

4. Fronteiras cujo uso do solo é muito escasso em relação ao grande perímetro que possuem (poucas pessoas, perímetro amplo).

Todos esses tipos de fronteiras, são definidos pela autora como “espaço especial”, contrastando com o “espaço público”, aquele utilizado para circulação pública de pedestres (em geral, ruas). Tal divisão é relevante na medida em que não é a fronteira por si só que gera “lugares mortos”, mas a proporção entre elas e o “espaço público”. Trata-se de uma questão de escala da fronteira: o espaço público consegue absorver e anular os efeitos dos “espaços especiais” desde que estejam em escala fisicamente reduzida – um conjunto de bancos, que fecham 15h, concentrados em um único local têm impacto muito maior nas redondezas, que a mesma quantidade de bancos, mais espalhados, e entremeados por usos múltiplos. Os espaços especiais não são por si só males urbanos, pelo contrário, em sua maior parte, são necessários. O problema ocorre quando o papel do lugar morto como obstáculo para o espaço público supera seu papel de contribuir com usuários.

Por fim, a autora indica soluções para amenizar o problema

das zonas de fronteiras, divididas em dois casos. O primeiro, mais simples, das zonas de fronteiras que poderiam estimular um maior uso de seu perímetro, se transformando mais em costuras que barreiras. É o caso dos grandes parques e campi universitários, onde os usos abertos poderiam ser trazidos para suas beiradas, formando elos entre o “espaço especial” e as ruas adjacentes, de forma a diluir a separação e atrair mais pessoas. O segundo caso, mais complicado, é aquele que não pode ser resolvido, como vias expressas e linhas férreas, necessários para o funcionamento das cidades, mas que não produzem usos que atraem pessoas. Assim, para combater os vazios nesses casos, é preciso de forças contrárias bastante intensas nas proximidades, ou seja, uma região com uso potencial das ruas extremamente fluente e diversificada: um território misto e vivo, que possa combater os efeitos da barreira, atraindo fluxos de pessoas e confinando o vazio a uma área reduzida.

Teo Butenas Santos

15. FORMAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CORTIÇOS

O capítulo foi escrito em um período em que o preconceito racial contra negros nos EUA ocasionou a segregação das cidades ao serem criados guetos. Nesses bairros excluídos geravam-se zonas de cortiços, definidos por Ganz como um lugar que “devido à natureza de seu meio social pode provocar problemas e perturbações” (p.303), e que atuam como “círculos viciosos”, como define a autora, pois à medida que aumentam necessitam cada vez mais de dinheiro público, assim como vão atraindo cada vez mais pessoas.

Jane Jacobs estrutura o capítulo mostrando em etapas como ocorre a transformação de um bairro em zona de cortiços, como pode ocorrer sua recuperação, e quais os obstáculos que podem inviabilizar essa recuperação.

Ela explica que estagnação e monotonia fazem o bairro se degradar, pois as pessoas que possuem condições financeiras irão se mudar e o bairro não conseguirá atrair mais moradores. Os motivos para que isso aconteça são as construções obsoletas, proximidade com áreas industriais, falta de infraestrutura pública de lazer e, como explicado pelo momento histórico do livro, a presença de imigrantes e principalmente de negros no bairro. Ao limitar a venda e aluguel de moradias somente para pessoas brancas, que escolhem não morar nessas áreas, os bairros se estagnam e desvitalizam, suas ruas se tornam sombrias e monótonas, para depois, em um segundo momento, o mercado imobiliário oferecer para a população negra, que é obrigada a amontoar-se nessas zonas devido à pobreza e discriminação. Gera uma instabilidade populacional no bairro, onde seu principal sintoma é a superlotação. Enquanto moradores dos cortiços, as pessoas sonham em sair

de lá, e assim o fazem quando conseguem, para outras pessoas tomarem seus lugares, mantendo esse padrão de emigração e deixando a comunidade num estágio embrionário eterno, que reforça os problemas do cortiço, como a diminuição de renda e a deterioração do prédio. Jane Jacobs aponta que esse fato, de as pessoas quererem abandoná-los o mais rápido o possível, é o “elo-chave” que precisa ser rompido para sua recuperação, ou seja, as pessoas devem desejar permanecer no cortiço, portanto o bairro deve ser suficientemente ativo para desfrutar a vida urbana e ocorrer a melhora da segurança. Para solucionar o problema dos cortiços, Jacobs diz que é preciso “discernir e levar em consideração as forças de recuperação existentes nos próprios cortiços e evoluir a partir delas” (p.302), utilizando-se do progresso e da diversificação como instrumentos inerentes para a recuperação da população, que não deve ser excluída das decisões habitacionais e sociais.

A recuperação é um processo lento, onde ocorrem três mudanças. A primeira delas é a queda da população, mostrando que, além da parcela que desejava sair quando fosse viável, a outra parcela decidiu permanecer ao invés de ser substituída por outra leva de superpopulação, significando que o mesmo número de moradias está sendo ocupado por menos pessoas. Outra mudança é o ganho de competência e força pela comunidade, devido ao aumento da autoconfiança e diminuição da discriminação. A última mudança é a diversificação, tanto da própria população quanto dos empreendimentos comerciais e culturais. Esse aumento na diversificação ocasiona o aumento no número de visitantes e na interação de usos com outros bairros e distritos, evitando que ocorra, assim, sua estagnação e degradação novamente.

Por outro lado, pode ocorrer a inviabilidade de sua recuperação.

O primeiro modo é pela falta de dinheiro para melhorias dos cortiços, ou para novas construções e empreendimentos, que favorecem a diversificação. Outro modo é a dificuldade de promover mudanças específicas ao longo do tempo em áreas em via de recuperação. Há também a vontade de que o cortiço seja permanente, ou seja, não melhore com o passar dos anos, pois o cortiço é uma fonte de lucro muito alta para o locatário, que pode não ter interesse na sua recuperação, assim como é um campo fértil para a politicagem, as drogas, o vício e os grupos de proteção.

O mais forte modo de inviabilizar a recuperação é pela destruição do cortiço. Sua substituição por conjuntos habitacionais é realizada pois produzem uma renda tributária mais alta, assim como fazem a população possuir demandas públicas menos dispendiosas. Mas os conjuntos habitacionais não resolvem a questão social, apenas mantêm os mesmos problemas dos cortiços, destruindo também a comunidade que se formou. Ainda, a admissão em alguns conjuntos é feita pela renda, portanto, assim que há a melhora econômica de uma família, ela é expulsa e entra uma nova família, fazendo os níveis econômicos e sociais baixarem cada vez mais, e exigindo assistência externa perpétua.

Portanto, a principal crítica da autora recai sobre os arquitetos e urbanistas, além das autoridades do governo, que insistem em destruir cortiços em vias de recuperação por não possuírem os ideais de cidade defendidos por eles, mas sim características de planta, uso do solo, composição e atividades que são vistas como negativas, mas manifestam a cultura desenvolvida de uma comunidade, que não é consultada no momento de projeto desses conjuntos. Assim, eles acabam barrando o progresso dessa população sem entender os motivos e

benefícios da recuperação de cortiços, como diz a autora, “é curioso que o planejamento urbano não tenha consideração pela diversificação espontânea das populações urbanas nem tente criar condições para ela” (p.321), e ainda, “quando os cortiços das cidades norte-americanas se recuperam, eles o fazem a despeito do urbanismo e contrariando os ideais do planejamento urbano” (p.323).

Victor Martin Félix dos Santos

16. CAPITAL CONVENCIONAL E CAPITAL ESPECULATIVO

O capítulo 16 da obra de Jane Jacobs, trata das principais formas de capital que financiam a cidade e como cada uma interfere nas transformações do espaço urbano. Em meio a essa discussão, a autora defende explicitamente um determinado modelo de cidade, em oposição ao planejamento urbano moderno. Assim, enaltece o espaço público da rua, os “bairros vivos” de usos mistos e alta densidade habitacional e a diversidade, ao mesmo tempo em que condena a “Cidade-Jardim Beautiful Radieuse”, em referência ao plano de Le Corbusier e à obra de Ebenezer Howard.

Em relação ao financiamento das cidades, Jacobs enfatiza o papel do crédito convencional, concedido por bancos e outras instituições de empréstimo privadas; o capital fornecido pelo governo; e o dinheiro do “submundo”. Em sua visão, os “bairros vivos” e a diversidade urbana são garantidos pela autogestão dos cidadãos e, portanto, dependem principalmente do capital convencional. Em contrapartida, a falta dessa fonte de dinheiro é em grande parte responsável pela decadência da cidade. A autora critica também a ação concentrada e drástica do capital especulativo, cuja consequência é a destruição da diversidade.

Utilizando-se de exemplos, Jacobs destaca um dos principais processos de colapso urbano, na qual todas as formas de capital especulativo participam. Inicia-se com a retirada do crédito convencional, quando determinada localidade entra para a “lista negra” das instituições privadas de empréstimos hipotecários. Assim, um bairro estagnado ou já em decadência é impedido de qualquer possibilidade de recuperação pelos próprios moradores. Com isso, o dinheiro do “submundo” passa

a incidir sobre o local e financiar a transformação dos edifícios existentes em cortiços altamente lucrativos. A área é inserida em um plano de reurbanização para erradicação dos cortiços e grande fluxo de capital é injetado em um curto período de tempo, seguido pelo retorno do capital tradicional. Esse processo implica em transformações profundas e, em geral, na expulsão de parcela considerável da população residente.

Por trás dos atores que controlam o capital convencional e especulativo, existe uma ideologia. Assim, Jacobs não culpa a “morte” das cidades na iniciativa privada ou no governo, mas na própria sociedade e na imagem de cidade vigente. Para ela, o investimento privado molda as cidades, mas as ideias sociais e as leis moldam o investimento privado, e que deveria ser desejável ajustar a máquina financeira para obter uma cidade viva, diversificada, e capas de aprimoramento contínuo e denso.

“[...] Os motivos da decadência das cidades são mais profundos e complexos. Dizem respeito aos que pensamos ser desejável e à nossa ignorância a respeito do funcionamento das cidades. O dinheiro pode ser usado – ou recusado – nas obras urbanas como um instrumento que leva ao declínio das cidades. Mas ele deve transformar-se num instrumento de recuperação – passando de um instrumento que financia alterações drásticas a um instrumento que financia mudanças contínuas, graduais, complexas e mais suaves.” (JACOBS, 2011, p. 353)

Com isso, a autora levanta uma questão sobre a imagem de cidade desejada por seus habitantes. No entanto, aquela defendida por Jacobs mostra-se um pouco utópica e contraditória, pois ressalta a necessidade da diversidade para garantir a própria diversidade na cidade.

Diversas propostas são apresentadas ao longo da obra, mas hoje parecem de difícil aplicação, sem certo nível de intervenção do planejamento urbano pelo Estado. Ainda assim, muitas de suas críticas e de sua leitura do espaço urbano permanecem válidas para as cidades contemporâneas.

Carolina Herrera Pinto

Táticas diferentes

17. SUBVENÇÃO DAS MORADIAS

O primeiro capítulo da parte quatro do livro (Táticas Diferentes), trata sobre a subvenção de moradias. Inicialmente Jacobs diz que os temas discutidos e propostos no livro ainda não seriam considerados como objetos de planejamento urbano considerando como o vigente ao período do livro, o moderno convencional. Uma crítica feita a este método de planejamento, é a existência de táticas para atingir metas nas questões urbanas, que devido a enorme quantidade, acabam ficando presas a si mesmas.

O assunto do capítulo são as moradias subsidiadas, uma diferença entre conjuntos habitacionais convencionais e uma proposta de uma possível intervenção. Devido a necessidade de prover habitação de qualidade a população de menor renda nas cidades, a subvenção de uma quantidade de moradias é necessária, porém segundo Jacobs, há uma confusão com esse entendimento, já que acaba se presumindo que tais moradias seriam de total responsabilidade governamental, não sendo cobertas pela iniciativa privada. Uma vez que a única restrição à habitação para a população seja a renda e não especificidades construtivas (cita como exemplo presídios entre outros), as moradias poderiam ser sim construídas e geridas pela iniciativa privada, cabendo ao governo o subsídio direto ou indireto.

Assim, é proposto um método de subvenção, que consiste na construção de edifícios, e não conjuntos habitacionais, que se misturem aos já existentes na cidade pela iniciativa privada, sendo estimulada por um departamento chamado pela autora de DSH (Departamento de Subvenção Habitacional). O DSH daria duas garantias ao construtor: ajudando ou financiando a construção, e garantindo o aluguel das unidades habitacionais

do edifício. O proprietário ou construtor, por sua vez, deveria construir em área ou local determinados e também escolher os inquilinos para as habitações, geralmente de áreas próximas. O DSH verificaria a renda dos inquilinos escolhidos (sendo refeita anualmente) e calcularia o percentual do aluguel a ser subsidiado. Conforme a melhoria de renda, aumenta-se o aluguel, até que não seja mais necessário a subvenção.

Em diferença aos conjuntos habitacionais, esse método consideraria no valor do aluguel proporcional, além dos custos construtivos, amortização de hipotecas e juros, manutenção, lucro e também impostos sobre bens imóveis, o qual disponibilizaria em escala municipal um subsídio indireto, podendo criar parques entre outros equipamentos. Devido à menor escala de intervenção, também não seria necessárias desapropriações, a aquisição de terrenos seria da forma comumente praticada pelo mercado imobiliário. A proposta, além de demonstrar um menor impacto em sua implantação, estimula a diversidade e manutenção das escalas de bairros e distritos.

Luís Guilherme Doring

18. EROSÃO DAS CIDADES OU REDUÇÃO DOS AUTOMÓVEIS

No capítulo 18, Jane Jacobs trata da questão da erosão das cidades e do incômodo causado pelos automóveis. Assim, a principal questão levantada é como prover o transporte urbano sem destruir o correlato uso do solo.

A autora inicia o capítulo discorrendo sobre a destruição da cidade pelos automóveis. Essa culpa destinada a eles é dada a partir do momento em que locais da cidade são transformados para dar lugar a espaços como eixos viários, estacionamentos e postos de gasolina, ou seja, locais sem sentido para os pedestres. Dessa maneira, “a feição urbana é desfigurada a ponto de todos os lugares se parecerem com qualquer outro, resultando em Lugar Algum” (p. 377).

Por outro lado, a autora nos mostra que a reurbanização dos centros urbanos a fim de obter o Plano Ideal causaria o mesmo impacto e que, de certa maneira, os automóveis voltariam a ser utilizados para tornar adequada a nova cidade. Questiona-se também que a destruição das cidades ocorre tanto pela necessidade de transporte quanto pelo descaso com outras necessidades, funções e usos urbanos.

Ao desmistificar que as ruas impróprias para o uso dos automóveis seriam decorrentes do tempo das charretes e dos cavalos, Jacobs enuncia o relato de H.B. Creswell sobre a urbanização de Londres na década de 50. Resumidamente, a cidade não era adequada para os pedestres e também possuía um extenso congestionamento de cavalos e charretes.

Em síntese, pode-se dizer que a relação entre cidade e automóvel existente ocorreu devido a um desvio no progresso.

De fato, os veículos motorizados foram “um excelente instrumento para incentivar a intensidade urbana e, ao mesmo tempo, livrar as cidades de um de seus sérios atrasos” (p. 382), no entanto, houve um erro durante a substituição dos meios de transporte. Cada cavalo foi substituído por uma dúzia de veículos, o que vai completamente contra o pensamento de que “um número menor de motores faz o mesmo trabalho de um número maior de cavalos” (p. 382).

A autora mostra que, hoje em dia, existe a suposição de que a solução para as desavenças entre automóveis e pedestres está na destinação de lugares próprios para casa um deles. Entretanto, esse método somente seria possível se contar com a redução no número de veículos que utilizam a cidade, senão os estacionamentos e garagens necessários atingiriam um número absurdo, levando a desintegração urbana.

Caso o fluxo de pedestres e automóveis fosse inteiramente separado, levanta-se duas alternativas: 1) ruas reservadas para pedestres que não contenham empresas que necessitam de acesso adequado por veículos; ou 2) planos de uso para o espaço devem ser elaborados para que eles não se encontrem, como a) distribuição postal, que consiste em uma triagem centralizada de todas as entregas encomendadas por uma determinada zona; b) distribuição espacial, ou seja, o uso de túneis ou acessos distintos com áreas destinadas à carregamentos; e c) distribuição temporal, em que as entregas são realizadas durante o período em que o uso de pedestres é limitado ou baixo.

Outro argumento dado por Jane Jacobs é a observação de como as pessoas usam as ruas destinadas aos pedestres. A conclusão é que elas continuam andando nas laterais, mesmo

quando toda a rua pertence a elas.

Conclui-se então que a separação entre os usos significa abordar o problema pelo lado errado, visto que a preferência pelo carro nas grandes comunidades urbanas é maior do que a vivência a pé. Assim, “vazios urbanos insolúveis não são de forma alguma preferíveis ao trânsito urbano insolúvel” (p. 388).

Mas “como reduzir o número de veículos nas ruas e fazer com que os restantes trabalhem mais e com mais eficiência?” (p. 388). Na prática, o que ocorre é o destaque de uma das duas pressões, ocasionando o processo de erosão das cidades pelos automóveis ou a redução dos automóveis pela cidade.

A erosão se dá a partir da “retroalimentação positiva”, em que uma ação produz uma reação que por sua vez intensifica a situação que originou a primeira ação, gerando um ciclo infinito. Por exemplo, “Por causa do congestionamento de veículos, alarga-se uma rua aqui, outra é retificada ali, uma avenida de mão única, instalam-se sistemas de sincronização de semáforos para o trânsito fluir rápido, duplicam-se pontes quando sua capacidade se esgota, abre-se uma via expressa acolá e por fim uma malha de vias expressas” (p.389).

E, ainda, como assinala Gruen: “quanto mais espaço se der aos carros nas cidades, maior se tornará a necessidade do uso dos carros e, conseqüentemente, de ainda mais espaço para eles” (p. 391).

A saída para esse problema está no equilíbrio entre a crescente acessibilidade e a decrescente intensidade de uso. Nesse momento de equiparação, a expansão deve seguir esse modelo de pressão equilibrada, solucionando o processo de retroalimentação.

Caso o sucesso de pressões sobre o trânsito forem intensificados, tem-se a redução do número de automóveis provocada pela cidade – que pode ser considerado um processo acidental, por raramente ser planejada por alguém. Na maioria dos casos, surge espontaneamente por uma multidão que impede a passagem de carros, fazendo com que os motoristas deixem o veículo de lado caso tenham que vivenciar novamente a situação.

Jacobs explica que “ocorre uma pressão sobre os automóveis quando se criam condições menos favoráveis a eles. A pressão como um processo constante, gradual (coisa que não existe atualmente), provocaria um decréscimo constante no número de pessoas que usam automóveis particulares na cidade. Se executada corretamente – como um fator de estímulo à diversidade e de intensificação do uso urbano – , a pressão diminuiria a necessidade de carros simultaneamente à redução das condições favoráveis a eles, tanto quanto, no caso reverso, a erosão aumenta a necessidade de carros simultaneamente ao aumento de condições favoráveis a eles.” (p. 404)

Assim, o método eficiente para reduzir o número de veículos deve ocorrer a partir de táticas que rivalizam com as necessidades viárias dos automóveis, como passeio público adequado e atraente, criação de parques urbanos que avançam sobre as ruas e estimular o aumento da eficiência do transporte público.

Essa última tática é uma das metas de McGrath, diretor de trânsito de New Haven. Para ele, facilitar o transporte coletivo e dificultar a locomoção de veículos particulares é um método para reduzir o número de automóveis nas ruas. Dentre as medidas a serem tomadas estão: regular a frequência dos semáforos para intervalos menores e sem sincronizá-

los, dificultar o acesso de carros num centro urbano muito movimentado instituindo ruas de pedestres, além de proibi-lo de estacionar nas ruas e tornar as vias expressas como rotas de passagem, aliviando a cidade.

Sendo assim, entende-se que efetuar a redução dos veículos assim como recuar a erosão das cidades é um processo que exige mudanças paulatinas nos hábitos das pessoas de se movimentar na cidade e de como elas a usam e adequação dos usos. Essa pressão pode ser relacionada e impulsionada pela melhoria do transporte público Ressalta-se também a necessidade de novas estratégias urbanas que dêem conta das novas necessidades.

Caroline Casarin Lohnhoff

19. ORDEM VISUAL

No capítulo 19, Ordem Visual: Limitações e Potencialidades, Jane Jacobs fala sobre como a cidade não pode ser uma obra de arte, e também da confusão que muitos arquitetos e urbanistas fazem quando se trata de um projeto urbano e de como pode ser que ele seja mais bonito do que realmente efetivo para as pessoas e para a dinâmica urbana.

A arte tem suas formas de ordem, que demandam escolhas quando se trata do planejamento da cidade. Logo, escolhas devem ser feitas e que estas não podem ir contra à natureza que a cidade, que é composta por diversos tipos de ocupações e malhas.

Quando tenta-se recriar a cidade desconsiderando o passado pré-existente da mesma, o respeito pelo objeto estudado e analisado é perdido. Tem de existir uma meticulosidade e conhecimento ao mexer com territórios os quais não se pertence.

Assim, é possível o processo de criação não ser tão individualista como estamos acostumados nos projetos urbanos que nos são apresentados: tem de haver uma interação com as pessoas que pré-habitam o lugar ao qual a intervenção urbana ou mesmo projetual for inserida, havendo diálogo com a comunidade que ali pertence e com os elementos inseridos no território de estudo. Por vezes, tentamos reproduzir uma cidade considerada “ideal” em outro espaço, o que chega por vezes a ser totalmente falho, já que não se “copia e cola” um projeto urbano porque cada lugar possui uma dinâmica diferente.

Utopicamente, o planejamento urbano segue a lógica de tentar converter cidades em obras de arte.

Jacobs pontua que uma boa estratégia de não cometer tal

heresia poderia funcionar se estes projetistas buscassem não substituir a arte pela vida, mas sim de fornecer sentido também ao que é proposto.

É preciso entender o funcionamento de um espaço urbano além do caos, buscando compreender o sistema. Muitos desses arquitetos e urbanistas que se aventuram na área de planejamento não possui vivência na cidade então possuem grande dificuldade de entender sua lógica “caótica”, o que trava totalmente o projeto de cidade que busca algo além da beleza de grandes vias, malhas, etc.

A heterogeneidade é o que mais agrega valor às cidades. A combinação de usos, as pessoas, os fluxos, todos eles estão inseridos por alguma demanda populacional que deve ser considerada. É necessário tornar claro a importância dos elementos que dialogam e funcionam conjuntamente.

As ruas, por constituírem a principal paisagem da cidade, devem ser compreendidas. É nelas que as atividades acontecem, e onde é possível ver a interação entre os elementos que compõem a cidade. Sua diversidade, dá a elas uma função. A necessidade da malha viária ser igual não é constante para a facilitação de sua compreensão: mesmo as ruas dos centros de nossas cidades possuindo, normalmente, um caráter irregular, os recortes causados por eles fazem parte da identidade e agregam procedência histórica ao lugar.

A compreensão que o traçado ortogonal da malha viária pode ser vantajoso é uma das diretrizes que pode ser útil quando se trata de traçar um novo caminho urbano.

Em outros casos, o elemento de atração visual não precisa ser um recorte na malha viária, mas sim um elemento que barre o

olhar do transeunte como prédios, parques, etc. Estes podem servir como ponto de referência quando inseridos em um espaço homogêneo e possuírem uma função diferente dos que o rodeiam. Assim, uma construção que se destaca e que não parece pertencer à mesma linguagem dos outros que estão a sua volta, agrega um sentido de localização dentro de um espaço que poderia ser visualmente repetitivo. Não excluindo que podem existir exceções sobre edifício que por ter seu tamanho ou projeto diferenciado do entorno mas possuir a mesma função de orientação também.

As próprias dinâmicas de um certo espaço, de como e para o que ele é utilizado, também podem servir como eventuais pontos de referências para as pessoas que estão inseridas em um espaço há um determinado tempo. Então até uma atividade realizada pode ser uma maneira de orientação. Mesmo que o local tenha perdido sua função principal, mas possua algum tipo de função e forneça algo para um grupo de pessoas, há a conscientização que este espaço deve ser preservado.

É necessário identificar os locais importantes para as sociedades num projeto urbano a fim de preservá-los quanto as intervenções sugeridas pelo arquiteto urbanista.

Instrumentos de unificação que possuem a tendência de agrupar características de ruas e espaços devem ser usados com cautela. Muitas ruas e espaços possuem características específicas, e quando se trata de propor um projeto que mude a estrutura da cidade, elas devem ser consideradas seriamente, tentando não mudar as dinâmicas e relações que possam existir dentro dessa cidade.

Caroline Nobre

20. PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO

No capítulo, são expostas possíveis soluções para projetos que apresentam baixa vitalidade urbana. Para revitalização e reintegração desses é necessário ter uma diversificação de usos. Os projetos que apresentam mais necessidade de revitalização são os conjuntos habitacionais de baixa renda. Eles devem ser recuperados ao ponto de que seus moradores permaneçam neles por livre escolha. Na sua reintegração, a estrutura urbana desses projetos precisa adquirir virtudes de uma estrutura sadia. Uma maneira simples de se aproximar mentalmente desse problema é imaginar que o nível do térreo é praticamente desobstruído, todo tipo de coisa poderia ser feito nesse pavimento. Alguns projetos mantêm no andar do térreo escolas, associações comunitárias ou igrejas.

Devem ser projetadas novas ruas nesse pavimento térreo. Ruas verdadeiras que precisam receber construções e novos usos. Deve-se contar com pequenos parques públicos e áreas de esporte e lazer, mas somente em ruas movimentadas em que seu uso possa garantir segurança e assegurar atratividade. Sua localização se dará a partir de elementos físicos buscando ligar-se a ruas além do limite físico e integrar-se ao local que está inserido. O propósito geral para as novas ruas deve ser introduzir usos que não o residencial.

Os edifícios de uma rua nova em área projetada têm a desvantagem econômica de serem todas construções recentes. Uma possível solução seria lançar mão de carrinhos ambulantes. As vendas de rua seriam excelentes pontos de atração visual, em pontos interseções T e nas curvas das ruas. Um dos problemas apresentados na recuperação de projetos é fazê-los transmitir vitalidade e urbanidade convincentes.

Uma forma também de vencer a dificuldade de construções novas

seria utilizar o recurso de moradias de renda garantida. Edifícios pequenos podem ser convertidos a diferentes usos urbanos. Outra possibilidade é construir edifícios de rua baratos e temporários, com a ideia de manter as despesas fixas baixas durante uma fase econômica mais difícil e facilitar sua substituição no futuro, quando a melhora econômica permitir.

Os conjuntos habitacionais altos apresentam dificuldade quanto à vigilância das crianças. É por isso que deve ter adultos circulando pelos espaços públicos em todos os horários. Os locais de conjunto habitacional dependem de intensidade de uso e para conquista-lo eles precisam ter um bom ambiente econômico. Para a vigia dos corredores, elevadores e escadas seria necessário colocar moradores trabalhando como ascensoristas de vigia. Para a recuperação dos conjuntos habitacionais é preciso que eles garantem a moradia das pessoas por livre escolha. Também deve-se permitir que elas fiquem por livre escolha, eliminando o limite de renda máxima. Os aluguéis devem subir de acordo com o aumento da renda.

Os conjuntos habitacionais de renda média não exigem uma revitalização tão urgente. Eles aparentam preferir um isolamento. A impressão da autora é que conforme esses conjuntos envelhecem as pessoas que o habitam tendem a desenvolver um receio de contato fora de sua classe. Esses tipos de grupos não poderão ajudar muito com a eliminação das zonas de fronteiras desertas nos distritos.

Para empreendimentos de uso não-residencial, como centros culturais e centros administrativos municipais são somente alguns casos que podem ser aplicadas táticas de replanejamento da área ocupada para reintegrá-los à estrutura urbana. A maior dificuldade com os centros administrativos

é encontrar outros usos que sejam proporcionais às grandes concentrações de pessoas que esses centros proporcionam em outros horários do dia. Na opinião da autora a forma mais prática de lidar com reintegração na maioria dos casos é lidar com desmembramentos. Se os elementos das ilhas culturais e administrativas forem separados e deixarem a ilha, aos poucos, quando possível, podem-se colocar em seu lugar usos diversificados e que complementem o que permanecer no projeto.

A melhor maneira de revitalizar qualquer projeto isolado, antes dele ser efetivamente construído é: refletir melhor sobre ele.

Celina Harumi Imamura

21. UNIDADES TERRITORIAS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

I. As audiências como sintoma de um problema

As audiências contavam com a participação dos cidadãos, prefeito, cinco diretores das regiões administrativas, secretário de Finanças, presidente da Câmara e os funcionários das secretarias e departamentos - eleitos e indicados para seus cargos. Os assuntos eram colocados como pauta por pressão, manobras e influência dos participantes.

A maior parte dos problemas apontados poderiam ser resolvidos pelos funcionários das secretarias e departamentos competentes se eles conhecessem a fundo a realidade das ruas e distritos e soubessem o que os moradores desses lugares consideram como importante e por quê. Isso não acontece porque o intermédio com essas questões é feito por uma estrutura anacrônica, que deveria ser capaz de apoiá-los, aconselhá-los, informá-los, orientá-los e pressioná-los.

O problema é que ocorreram mudanças históricas como o crescimento vertiginoso das cidades e das responsabilidades como habitação, bem-estar social, saúde e planejamento regulamentar; e essas mudanças não foram acompanhadas de mudanças funcionais adequadas na estrutura administrativa e de planejamento.

A solução que comumente se coloca para esse aumento de complexidade é o que Lewis Mumford chamou de “desconstrução”, que se expressa no que a autora coloca como “pseudo planejamento urbano” e “pseudo desenho urbano”. Ela diz que no momento em que a organização administrativa não se desenvolveu convenientemente com o crescimento das

idades, a desconstrução das cidades tornou-se imperativa e prejudicial, apresentando soluções rotineiras e simplistas criadas por máquinas administrativas que perderam o poder de compreender, manejar e avaliar uma infinidade de detalhes importantes e interdependentes.

2. O problema das regiões

A crença generalizada de que os problemas urbanos que fogem à compreensão e ao controle de planejadores só podem ser solucionados a contento se forem ampliados os territórios em questão e os problemas a eles vinculados, para que sejam enfrentados mais “amplamente”.

3. Os impérios burocráticos

As cidades grandes apresentam problemas operacionais muito diferentes das cidades pequenas. Mas da mesma forma, é lógico e prático organizar os serviços verticais, cada serviço tem sua própria organização como o departamento de parques, de saúde, de trânsito, órgãos habitacionais, departamento de hospitais, e assim por diante. Essas organizações, por sua vez, também apresentam divisões verticais.

4. As Comissões de Planejamento

Criadas na segunda metade da década de 1930, elas seriam os principais órgãos de coordenação da administração, responsáveis pelos planos diferentes sobre mudanças físicas nas cidades. Esta invenção acabou reproduzindo e até reforçando os mesmos erros que tentava evitar.

Elas também se organizam verticalmente, com

responsabilidades verticais e fracionadas e algumas divisões horizontais descoordenadas, como distritos de renovação, reunidas por um comando máximo. Mantém-se o problema de ninguém ser capaz de compreender lugares da organização urbana a não ser de modo genérico ou fragmentado.

Outro problema é que as propostas de intervenções na cidade vêm de lugares diferentes para a comissão de planejamento, que só então pode julgar se elas fazem sentido, mas o momento crucial para coordenar informações é antes e durante o período em que são concebidas as propostas ou as táticas.

Por fim, os participantes da comissão não têm meios para coletar e compreender as necessárias informações profundas, multifacetadas, em parte em função da sua própria estrutura inadequada para a compreensão das cidades grandes e em parte em função das mesmas inadequações estruturais de outros departamentos.

5. Os Distritos Administrativos

Foram propostos a partir de 1947, em Nova Iorque, pela União dos Cidadãos. Algumas das leituras dadas à proposta enveredavam por raciocínios inúteis, a colocando como um órgão consultivo formal, que não teria autoridade nem responsabilidades na administração municipal.

Seriam divisões horizontais ligadas ao governo municipal como um todo. Os funcionários principais abaixo do diretor-chefe seriam os administradores distritais, responsáveis por supervisionar os aspectos dos serviços de seu departamento dentro do seu distrito.

Suas repartições deveriam estar dentro do distrito a que pertencem e estar próximas umas das outras. E os especialistas atuariam como técnicos e especialistas itinerantes de determinados serviços, sob as ordens do administrados cujo distrito tivesse necessidade deles.

Também atuariam como pontos de apoio para os cidadãos, representando a possibilidade de pressionar e fazer com que fossem reconhecidos e respeitados seus desejos e conhecimentos.

O planejamento urbano ainda existiria, mas sua equipe atenderia à cidade descentralizadamente, nos distritos administrativos, que são o único âmbito em que o “planejamento pela vitalidade” pode ser apreendido, coordenado e executado.

O tamanho adequado para esses distritos é relativo ao tamanho da população daquele distrito. É uma área com população suficientemente grande para ter peso da cidade como um todo, mas suficientemente pequeno para que os bairros não fossem esquecidos. Boston e Baltimore possui distritos administrativos com 30 mil habitantes, e um mínimo de 100 mil em cidades maiores com um máximo de 200 mil.

6. O problema das Regiões Metropolitanas

Muitos problemas, particularmente os de planejamento, são comuns a esses núcleos urbanos da região metropolitana com governos próprios. É a unidade mais importante no combate à problemas de transporte, desperdício, mau uso do solo, e etc.

Jane Jacobs acredita que se as grandes cidades podem

aprender a administrar, coordenar e planejar no âmbito de regiões administrativas numa escala razoável, podemos vir a ser capazes, como sociedade, de lidar também com aquelas colchas de retalhos de governos e administrações em regiões metropolitanas mais amplas.

Deborah Oliveira Caseiro

22. O TIPO DE PROBLEMA QUE É A CIDADE

Jane Jacobs inicia o capítulo apresentando três etapas dos pensamentos científicos: a capacidade de lidar com problemas de simplicidade elementar; de complexidade desorganizada; e de complexidade organizada. Os problemas de simplicidade elementar foram muito importantes para o avanço das ciências físicas nos séculos XVII, XVIII e XIX. Eles envolvem a atuação de duas variáveis interdependentes, ignorando a influência menor de outros fatores. Já os problemas de complexidade desorganizada foram desenvolvidos só depois dos anos 1900, adotando um método de análise totalmente oposto, com um número significativamente grande de variáveis e partindo de uma visão telescópica, assim as técnicas para resolver esse tipo de problema faziam parte de campos de conhecimento como a probabilidade e a estatística. O último tipo de problema apresentado foi o de complexidade organizada, muito explorado pelo campo das ciências biológicas no começo dos anos 1930.

Nesse começo, Jane Jacobs apresenta os tipos de problemas desenvolvidos ao longo da história do pensamento científico para defender a ideia de que as cidades são, assim como as ciências biológicas, problemas de complexidade organizada. Ou seja, as variáveis, segmentos ou problemas, deveriam ser analisados de modo organizado, inter-relacionado, uma vez que esses fatores se influenciam mutuamente. O que está sendo criticado no texto é o modo equivocado com que os urbanistas tratavam as cidades naquela época, como um problema de simplicidade elementar ou de complexidade desorganizada.

Um dos exemplos mencionados para ilustrar essa afirmação

é a teoria de planejamento da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard, que abordou o problema das cidades analisando apenas duas variáveis relacionadas de maneira direta e simples, os locais de moradia e os empregos. Jane Jacobs afirma que nas cidades não há a possibilidade nenhuma de reconhecer esses sistemas simples de duas variáveis, sendo ela pequena ou não.

Somente nas décadas de 1920 e 1930, os métodos para resolução dos problemas de complexidade desorganizada foram aplicados para as cidades por planejadores que acreditavam que poderiam “analisá-las a partir da estatística, prevê-las pela probabilidade e controlá-las por meio da conversão em conjunto de médias”. No entanto, o sistema de duas variáveis ainda continuava a ser a meta, sendo as análises matemáticas dos problemas de complexidade desorganizada um incremento para uma abordagem mais “racional” e “precisa”. Assim os fatores população, rendimentos, moradia, assim como, tráfego urbano, indústria, parques e instalações culturais foram tratados como componentes de uma complexidade desorganizada, passíveis de transformação para problemas de simplicidade elementar. Le Corbusier com sua versão mais verticalizada e centralizada da Cidade-Jardim foi dessa vez o exemplo apontado pela autora.

Por isso Jane Jacobs afirma que o planejamento urbano havia se estagnado, e em certos pontos até retrocedido, uma vez que se apresentava cópias de ideias da década de 1930, não reconhecendo o tipo de problema em questão. Para a autora as cidades deveriam ser observadas sob as seguintes reflexões:

1. Refletir sobre os processos;

2. Usar de indução, raciocinando do particular para o genérico, em vez do contrário;
3. Procurar indícios “não médicos” que envolvam uma quantidade bem pequena de coisas, as quais revelem como funciona uma quantidade maior e “média”.

Assim como estudos matemáticos conseguem pouco dizer sobre o funcionamento das cidades, os urbanistas e planejadores urbanos não detêm a capacidade exclusiva do raciocínio indutivo. Os cidadãos comuns se apresentam mais preparados do que eles para compreender as particularidades da cidade, uma vez que estão acostumados a usá-la e pouco pensam nela de modo abstrato e genérico. Além disso, conhecem melhor suas poucas irregularidades que dão sua autenticidade e atuam como chamarizes, capazes de mantê-las vivas. Para a estatística, as irregularidades, no entanto, são tratadas como incoerentes e muita das vezes descartadas.

Outra crítica de Jane Jacobs se baseou na forma equivocada como o planejamento urbano tratava a relação do homem com a natureza, romantizando-a. O que se fez foi trazê-la para as cidades como um “arremedo suburbano, insípido e padronizado” na forma de “mato, ar fresco e pouca coisa mais”. Dois exemplos malsucedidos citados por conta dessa “naturalização” inconsequente foi a zona norte de Nova Jersey, com grande parte de suas habitações degradadas, e o parque estadual em Croton Point, cujo sistema de produção de esculturas naturais criadas pela argila do Rio Hudson foi destruído.

Para concluir o texto e, por fim, o livro, a autora diz que as grandes cidades apresentam inúmeros problemas, mas é a

partir delas que surgirão as respostas. Para entender melhor basta lembrar de como as cidades superaram o problema das doenças; foi por causa do desenvolvimento de novas tecnologias e políticas higienistas, inconcebíveis sem o próprio crescimento das cidades. Por isso Jane Jacobs critica a postura de homogeneização e monotonização das cidades.

Érica Saori Acamine



AUH 240 - História do Urbanismo Contemporâneo
2º semestre de 2016